Mecanismo de Doação Dedicado a Povos Indígenas e Comunidades Locais (DGM)

Relatório Semestral de Progresso do DGM

Abrangendo o período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016

Preparado pela Conservation International, como a Agência Executora Global do Projeto Global do DGM, em nome do Comitê Gestor do DGM Global, para apresentação ao Banco Mundial e ao Subcomitê do Programa de Investimento Florestal do Fundo de Investimento Climático. **Este relatório foi traduzido para as línguas do projecto DGM. Em caso de divergência, a versão em Inglês prevalecerá.**

10 de outubro de 2016

Contato:

Johnson Cerda
Diretor da Agência Executora do DGM Global
Conservation International
2011 Crystal Drive, Suite 500
Arlington, VA 22202
Telefone: +1 (703) 341-2439
E-mail: jcerda@conservation.org

LISTA DE ABREVIAÇÕES

AIDESEP	*La Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana*/Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana
AMAN	*Aliansi Masyarakat Adat Nusantara*/Aliança de Povos Indígenas do Arquipélago
CAA/NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CI	Conservation International
CIF	Fundo de Investimento Climático
CONAP	*Confederación de Nacionalidades Amazónicas del Perú/* Confederação das Nacionalidades Amazônicas do Peru
COP	Conferência das Partes (da CQNUMC)
OSC	Organização da Sociedade Civil
DGM	Mecanismo de Doação Dedicado a Povos Indígenas e Comunidades Locais
DKN	*Dewan Kehutanan Nasional*/Câmara Comunitária do Conselho Nacional Florestal
RDC	República Democrática do Congo
FIP	Programa de Investimento Florestal (do Fundo de Investimento Climático)
GEA	Agência Executora Global (do Projeto Global do DGM)
GEF SGP	Programa de Pequenas Doações do Fundo Global do Meio Ambiente
GIS	Sistema de Informações Geográficas
GRM	Mecanismo de Queixas e Reclamações (dos Projetos do DGM)
GSC	Comitê Gestor Global (do DGM)
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
PICLs	Povos Indígenas e Comunidades Locais

IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MPIDO	Organização Mainyoito para o Desenvolvimento Pastoral
ONG	Organização não Governamental
NORAD	Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento
NEA	Agência Executora Nacional (dos Países Projeto do DGM)
NSC	Comitê Gestor Nacional (dos Países-Piloto do DGM)
OIREN	*Observatoire Ivoirien pour la gestion des Ressources Naturelles*/Observatório Marfinense para a Gestão de Recursos Naturais
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal +
REPALEF	*Réseau des Populations Autochtones et Locales pour la Gestion durable des Écosystèmes Forestiers en RDC* / Rede de Populações Indígenas e Locais para a Gestão Sustentável dos Ecossistemas Florestais na RDC
SBSTA - Órgão Subsidiário de Assessoramento	Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico
SEP-REDD+	Secretaria Executiva Permanente do REDD+ para a Costa do Marfim
ToR	Termo de Referência
TTL	Líder de Equipe da Tarefa (Banco Mundial)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
UNPFII	Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas
WWF	World Wildlife Fund

Índice

1. Introdução ao Relatório 8
1.1. Visão Geral do DGM 9
2. Resumo da Implementação de todo o DGM 11
2.1. Status Atual dos Projetos DGM 12
2.2. Atividades de Implementação do DGM durante o Período 15
2.2.1. Coordenação Global 15
2.2.2. Chamadas de Propostas de Subprojeto 16
2.2.3. Divulgação e Treinamento 16
2.2.4. Preparação e Planejamento de Projeto 19
2.2.5. Envolvimento de Parceiros 21
3. Lições Aprendidas, Questões e Oportunidades 22
4. Destaques das Atividades Futuras 23
5. Relatórios de Indicadores 24
5.1. Indicadores Comuns dos Países-Piloto 24
5.2. Indicadores do Projeto Global 26
6. Brasil 29
6.1. Visão Geral do Projeto DGM Brasil 30
6.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 31
6.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório 32
6.4. Desafios e Problemas Encontrados 34
6.5. Comunicações 34
6.6. Atividades Futuras 35
7. Burkina Faso 36
7.1. Visão Geral do Projeto DGM Burkina Faso 36

7.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 37
7.3. Progresso da Implementação 38
7.4. Desafios e Problemas Encontrados 39
7.5. Atividades Futuras 39
8. República do Congo 39
8.1. Visão Geral do Projeto DGM República do Congo 39
8.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 40
8.3. Progresso da Implementação Durante o Período do Relatório 40
8.4. Desafios e Problemas Encontrados 41
8.5. Atividades Futuras 41
9. Costa do Marfim 41
9.1. Visão Geral do Projeto DGM Costa do Marfim 41
9.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 43
9.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório 43
9.4. Desafios e Problemas Encontrados 44
9.5. Atividades Futuras 44
10. República Democrática do Congo 45
10.1. Visão Geral do Projeto DGM República Democrática do Congo 45
10.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 47
10.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório 48
10.4. Desafios e Problemas Encontrados 50
10.5. Atividades Futuras 50
11. Gana 51
11.1. Visão Geral do Projeto DGM Gana 52
11.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 53
11.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório 53

11.4. Desafios e Problemas Encontrados 54
11.5. Atividades Futuras 54
12. Indonésia 54
12.1. Visão Geral do Projeto DGM Indonésia 54
12.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 56
12.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório 57
12.4. Desafios e Problemas Encontrados 58
12.5. Atividades Futuras 58
13. México 59
13.1. Visão Geral do Projeto DGM México 60
13.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 61
13.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório 62
13.4. Desafios e Problemas Encontrados 62
13.5. Atividades Futuras 63
14. Moçambique 63
14.1. Visão Geral do Projeto DGM Moçambique 64
14.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 67
14.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório 68
14.4. Desafios e Problemas Encontrados 69
14.5. Atividades Futuras 69
15. Peru 70
15.1. Visão Geral do Projeto DGM Saweto Peru 70
15.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto 72
15.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório 72
15.4. Problemas e Desafios 77
15.5. Atividades Futuras 78

15.6. Lições Aprendidas e Sucessos 78
16. Laos 78
17. Nepal 79
18. Guatemala 79
19. Equador 79
20. Projeto Global 79
20.1. Projecto Global 79
20.2. Progresso da Implementação do Projeto Global Durante o Período Coberto por este Relatório 80
20.2.1. Implementação do Subcomponente 1: Aprendizagem Global, Divulgação e Compartilhamento de Informações 81
20.2.2. Implementação do Subcomponente 2: Assistência Técnica e Serviços de Secretariado para o GSC 86
20.2.3. Implementação do Subcomponente 3: Planejamento, Monitoramento e Relatórios 92
20.3. Enseignements tirés et succès 94
20.4. Activités pour la période à venir 95
Anexo A: Informação de Contato do País e da NEA 98
Anexo B: Comunicações 99

Parte I: Introdução e Visão Geral

1. Introdução ao Relatório

Este é o Segundo Relatório Semestral de Progresso do DGM para todo o Programa do Mecanismo de Doação Dedicado para Povos Indígenas e Comunidades Locais (DGM). O relatório compila informações de todos os países projeto do DGM e do Projeto Global para atividades do DGM realizadas entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2016. O Projeto está dividido em três partes: A Parte I fornece uma visão geral do objetivo do DGM, modalidades de execução e governança; a Parte II sintetiza e resume as informações de todos os projetos do DGM; e a Parte III fornece informações mais detalhadas sobre o progresso da implementação de cada projeto. Cada Agência Executora Nacional (NEA) forneceu informações sobre a implementação de seus projetos referentes ao período coberto por este relatório para a Agência Executora Global (GEA) e a GEA compilou e resumiu essas informações para preparar a Parte III do relatório. A Parte II foi preparada pela GEA como um resumo de todas as informações recebidas.

Conforme detalhado nas seções subsequentes, durante o período coberto por este relatório, os Projetos DGM no Brasil, Peru, República Democrática do Congo, Burkina Faso e o Projeto Global foram aprovados, declarados em vigor e começaram a fase de implementação. Os Projetos DGM da Indonésia e do México avançaram na preparação do projeto. Em Gana, o foco durante o período deste relatório foi em instituir o NSC, elaborar os documentos administrativos internos, incluindo o Mecanismo de Reclamações, e selecionar a NEA do DGM de Gana. Os povos indígenas da Costa do Marfim, Moçambique, República do Congo e Nepal estabeleceram comitês provisórios para facilitar as consultas e seleção dos NSCs. No Laos, foram feitos contatos iniciais entre o governo e os povos indígenas.

1.1. Visão Geral do DGM

Objetivo

O Mecanismo de Doação Dedicado (DGM) para os Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICLs) é uma iniciativa global no âmbito do Programa de Investimento Floresta (FIP) do Fundo de Investimento Climático. Implementado pelo Banco Mundial sob suas políticas de financiamento de investimentos, O DGM fornece 80 milhões de dólares em financiamento para permitir a participação plena e efetiva dos PICLs no esforço global para reduzir o desmatamento e a degradação florestal sob a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) Para tanto, o DGM possui dois componentes interligados geridos por PICLs: 1) projetos nacionais em 14 países do FIP, e 2) um Projeto de Aprendizagem Global e Intercâmbio de Conhecimentos.

O DGM beneficia povos indígenas e comunidades locais, aqui designados coletivamente como PICLs. No DGM, PICLs e organizações de PICLs são mais do que beneficiários; eles também são os proponentes do programa e principais agentes da sua concepção e implementação. Isso inclui PICLs localizados em países do FIP, que participam da governança dos Projetos Nacionais e do Projeto Global do DGM e que implementam ou participam de atividades do Projeto Nacional do DGM; e PICLs em países FIP e não FIP, que participam das atividades do Projeto Global.

Alocações do DGM

Em outubro de 2011, o Subcomitê do FIP aprovou o documento do Projeto do DGM 50 milhões de dólares para alocações indicativas do DGM no Brasil, Burkina Faso, República Democrática do Congo (RDC), Gana, Indonésia, Laos, México e Peru, bem como uma doação para o Projeto Global.

Em maio de 2015, o Subcomitê do FIP acordou em disponibilizar 30 milhões de dólares para a implementação do DGM em seis novos países (incluindo os Componentes Global e Nacional): Costa do Marfim, Equador, Guatemala, Moçambique, República do Congo e Nepal.

Medidas de Implementação

Representantes dos povos indígenas e comunidades locais gerenciam o DGM através de comitês gestores formados nos níveis nacional e global. Os Comitês Gestores Nacionais (NSCs) supervisionam a implementação do DGM em seus respectivos países. O Comitê Gestor Global (GSC) oferece liderança intelectual e política ao DGM, monitora a implementação geral do DGM e inspeciona o Projeto Global.

Os membros dos comitês gestores são selecionados e a composição geral do comitê é definida através de um processo participativo liderado por PICLs.

O GSC inclui um representante de PICLs de cada país projeto do FIP-DGM e um representante de um país não FIP como membros com poderes de tomada de decisão**.** Um representante adicional de PICLs de cada país é selecionado como suplente do primeiro membro selecionado. O Diretor da GEA serve como secretário do GSC, e o Líder da Equipe Técnica do Projeto Global do Banco Mundial (TTL) participa como observador, juntamente com um membro da Unidade Administrativa do CIF.

As decisões dos Comitês Gestores são implementadas por uma Agência Executora Global (GEA) para o Projeto Global e por uma Agência Executora Nacional (NEA) para os Projetos Nacionais. O DGM é operacionalizado pelo Banco Mundial no âmbito das suas políticas operacionais para financiamento de investimentos, proporcionando supervisão geral técnica, fiduciária e institucional para o programa em nível mundial e nacional. A GEA e as NEAs reportam sobre o programa para os respectivos Comitês Gestores, bem como para o Banco Mundial, o qual tem a responsabilidade de informar as comissões de fundos fiduciários do CIF.

Um aspecto fundamental que precisa ser destacado é o link para o FIP nos países. As atividades do DGM são complementares e têm sinergias com as atividades do FIP nos países.

Atividades do DGM

Conforme estabelecido no Documento do Programa DGM, as atividades do DGM abrangem as seguintes categorias, que são adaptadas com base no contexto de cada país. Os Projetos Nacionais do DGM têm dois componentes principais: i) administração e financiamento de intervenções locais, resultantes de demandas, para promover a gestão sustentável das paisagens florestais e os meios de vida que melhoram a mitigação e adaptação das mudanças climáticas; e ii) apoio ao desenvolvimento da capacidade de PICLs no que diz respeito a gestão e habilidades técnicas. Além disso, os Projetos Nacionais planejarão atividades para abordar as comunicações relacionadas com o DGM, a coordenação, gerenciamento e monitoramento gerais do projeto e a geração de relatórios. Para expandir o seu impacto, os Projetos Nacionais do DGM estão ligados a redes regionais e internacionais através do Projeto de Aprendizagem e de Intercâmbio de Conhecimentos do DGM Global, o qual realiza o compartilhamento de aprendizagens, reforça a capacidade dos PICLs e executa a prática política e as atividades de extensão em escala internacional.

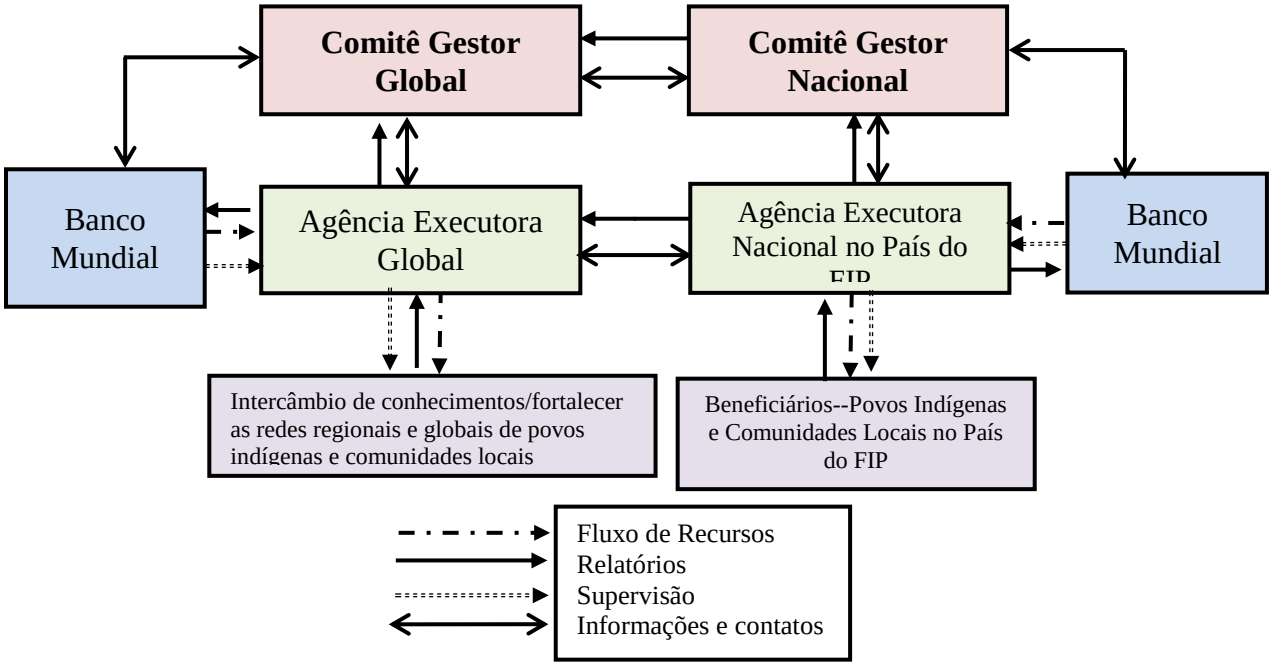


Figura 1: Instituições envolvidas na governança e gestão do DGM.

Parte II: Resumo do Progresso do DGM

2. Resumo da Implementação de todo o DGM

As atividades durante o período coberto por este relatório focaram-se, principalmente, na preparação de projetos e criação de estruturas de governança para todos os projetos do DGM, com algumas atividades de implementação para os quatro Projetos Nacionais que estão em vigor. Até o período

abrangido neste segundo relatório, apenas o Projeto Global, e os projetos do DGM Brasil, DGM Saweto Peru, DGM República Democrática do Congo e DGM Burkina Faso foram aprovados e declarados em vigor. Esta seção apresenta um resumo do status do Projeto DGM. As atividades de preparação e implementação do projeto estão resumidas para projetos em vigor e as atividades de preparação de projetos estão resumidas para os projetos ainda em fase de preparação.

2.1. Status Atual dos Projetos DGM

O ciclo do projeto DGM inclui as seguintes fases: i) criação do Comitê Gestor Nacional (NSC) representativo, através de consultas com os PICLs do respectivo país FIP; ii) elaboração e aprovação do Conceito do Projeto Nacional; iii) NSC seleciona uma Agência Executora Nacional (NEA); iv) preparação de uma avaliação de riscos ambientais e sociais e plano de gestão de riscos; v) análise e aprovação do Projeto Nacional pelo Subcomitê do FIP e Conselho de Administração do Banco Mundial; vi) assinatura de um acordo de doação entre a NEA e o Banco Mundial e conclusão de quaisquer condições para receber a doação, incluindo a conclusão de um Manual de Procedimentos Operacionais do Projeto; e vii) implementação do projeto, incluindo relatórios de progresso. O progresso deste processo tem variado entre os diferentes países do DGM, dependendo dos contextos específicos de cada país. Doações para a preparação de projetos foram introduzidas como um novo recurso durante este período, e este recurso foi acessado pelo DGM Indonésia. Em geral, o programa do DGM estava em diferentes fases de preparação ou execução durante o período de referência:

- Os Projetos DGM no Brasil, Peru, República Democrática do Congo, Burkina Faso e o Projeto Global foram aprovados, declarados em vigor e começaram a fase de implementação. A cerimônia de assinatura da doação do DGM da RDC foi realizada em abril, em Kinshasa, durante a segunda reunião do GSC do DGM.
- Os Projetos DGM da Indonésia e do México estavam na fase de preparação do projeto. A Indonésia selecionou sua NEA.
- Em Gana, o foco durante o período deste relatório foi em instituir o NSC, elaborar os documentos administrativos internos, incluindo o Mecanismo de Reclamações, e selecionar a NEA do DGM de Gana.
- Os povos indígenas da Costa do Marfim, Moçambique, República do Congo e Nepal estabeleceram comitês provisórios para facilitar as consultas e seleção de seus NSCs.
- O DGM do Laos não relatou os progressos no período. Foram feitos contratos iniciais entre o governo e os povos indígenas.
- O Equador não forneceu relatos.

O status de cada Projeto é descrito com mais detalhes na Parte III deste relatório. Um resumo do status de aprovação de Projeto é fornecido na Tabela 1.

Tabela 1. DGM Status de Aprovação de Projeto durante o Período de Relatório de 1º de Janeiro a 30 de Julho de 2016

Projeto DGM	Status do Comitê Gestor	Status de Aprovação do Projeto	Agência Executora Selecionada	Contrato de Doação Assinado da Agência Executora
Projeto Global	GSC estabelecido	Aprovado	Conservation International	Março 2015
Brasil	NSC estabelecido	Aprovado	CAA/NM	Abril 2015
Peru	NSC estabelecido	Aprovado	WWF Peru	Setembro 2015
Burkina Faso	NSC estabelecido	Aprovado	UICN Burkina Faso	Outubro de 2015
RDC	NSC estabelecido	Aprovado	Caritas Congo	Abril 2016
Indonésia	NSC estabelecido	Conceito aprovado, em preparação	Samdhana Institute	Ainda não assinado
México	NSC estabelecido	Em preparação	Ainda não selecionado	-
Gana	Membros do NSC selecionados	Em preparação	Solidaridad	Ainda não assinado
Costa do Marfim, Moçambique, República do Congo	Comitê interino estabelecido	Estabelecendo processo para preparação	Ainda não selecionado	-
Equador, Guatemala Nepal, Laos	Atividades preliminares de preparação a caminho	-	-	-

2.2. Atividades de Implementação do DGM durante o Período

Como notado acima, o progresso para implementação varia entre os países dependendo de seus contextos específicos. Durante o período do presente relatório, as atividades nos quatro Países Projeto efetivos tiveram um forte foco na divulgação e comunicação sobre o DGM, no treinamento das comunidades para preparação dos projetos, e no planejamento para as atividades de implementação agendadas para começar no período do próximo relatório. Para os países com projetos ainda não declarados efetivos, incluindo Indonésia, México, Gana, Costa do Marfim, Moçambique, República do Congo, Equador, Guatemala, Laos e Nepal, as atividades se focaram no estabelecimento de estruturas de governança e procedimentos de preparação para a implementação. As atividades para cada projeto estão resumidas abaixo.

2.2.1. Coordenação Global

- **Segunda Reunião Anual do GSC:** A GEA organizou a segunda Reunião Anual do GSC, realizada em Kinshasa, RDC em Abril com ajuda da Caritas Congo (a NEA) e da vice-presidência do GSC em Kinshasa. Membros do comitê de Burkina Faso, RDC, Gana, Indonésia, México e Filipinas juntaram-se a observadores do comitê interino do DGM na Costa do Marfim, em Moçambique e na República do Congo. Durante a reunião, atualizações do estado de implementação foram fornecidas para Projetos Globais e Projetos de País. Os membros aprovaram provisoriamente o Plano de Trabalho e o Orçamento para o Ano 2 do Projeto Global (com pendência de respostas da GEA a pedidos de esclarecimento e modificações pelo GSC), bem como regras e procedimentos atualizados, um Plano de Comunicação, e uma estrutura comum de monitoramento e relatórios pra o programa. O Comitê votou a formação de três Subcomitês: um Subcomitê de Plano de Trabalho Temporário e Orçamento para tratar recomendações ao Plano de Trabalho e Orçamento para o Ano 2; um Comitê do Mecanismo de Queixas e Reparações; e um Subcomitê de Comunicação, Defesa de Direitos e Divulgação.
- **Reunião de Planejamento e Coordenação entre GEA e NEA**: A GEA realizou uma reunião de planejamento e coordenação em janeiro com as cinco NEAs estabelecidas do DGM em Arlington, Virgínia (EUA). Os objetivos principais da reunião foram estabelecer e acordar uma estrutura comum de monitoramento e relatórios, fornecer um fórum para trocas de conhecimentos sobre os processos de implementação do DGM, gerar informações para dar apoio ao processo em outros países, fornecer orientação detalhada sobre o GRM do DGM para implementação em cada país pelas NEAs, e estabelecer uma estratégia comum de comunicação e divulgação.

2.2.2. Chamadas de Propostas de Subprojeto

- **Brasil:** Em janeiro, o DGM Brasil publicou sua primeira chamada de propostas de subprojetos. De 158 propostas recebidas, 41 foram pré-selecionados (com pendência de visitas aos locais dos projetos): 24 de povos indígenas, 8 de comunidades quilombolas, e 9 de comunidades locais, totalizando um valor estimado de seis milhões de reais (US$ 1,7 milhão). Visitas aos locais dos projetos pré-selecionados pelo comitê técnico da NEA, a preparação do parecer final e a aprovação pelo NSC ocorrerão no início do período do próximo relatório. Das 41 propostas pré-selecionadas, 30 serão aprovadas para financiamento. A atribuição de fundos a organizações locais para implementar os projetos está agendada para ter início em Outubro de 2016.
- **Burkina Faso:** Uma chamada de propostas foi desenvolvida pela UICN Burkina Faso, aprovada pelo NSC, e lançada em junho. No fechamento, quase 600 propostas de subprojeto das comunidades haviam sido recebidas.
- **Peru:** A primeira chamada de subprojetos do Peru foi fechada em 4 de junho. Cada um dos 18 intermediadores de projeto enviou uma proposta mestre. No total, essas incluíam 13 subprojetos relacionados ao reconhecimento legal de comunidades como comunidades indígenas, 10 subprojetos de titulação de terras, e 10 subprojetos de manejo de florestas comunitárias. Todos os 33 subprojetos foram aprovados, e sua implementação agora depende da revisão final do orçamento.

2.2.3. Divulgação e Treinamento

a. Oficinas e Conferências

- **DGM Global:** O DGM participou de eventos no UNPFII em Nova Iorque, EUA com contribuições do Projeto Global e do Projeto de País DGM Saweto Peru. A vice-presidente do DGM nas Filipinas e um representante do DGM Saweto Peru falaram em um painel organizado pelo Banco Mundial e em um evento paralelo organizado pela GEA do DGM intitulado "Ilustrando como fundos diretos governados por PICLs podem contribuir para a adaptação, a mitigação e a resolução de conflitos."
- **Brasil:** Três oficinas foram realizadas após a chamada de propostas de subprojetos para compartilhar informações com os PICLs sobre os objetivos e componentes do DGM, os recursos disponíveis, e tópicos como a REDD+ e o enquadramento jurídico dos PICLs, bem como para explicar diretrizes para o processo de seleção, incluindo um exercício de passo-a-passo para o preenchimento da Expressão de Interesse (proposta de subprojeto).

- **Burkina Faso:** Cinco oficinas regionais e doze oficinas em nível local foram realizadas para reforçar a capacidade dos parceiros e das partes interessadas. As oficinas abordaram tópicos incluindo a Visão Geral do Projeto, mudanças climáticas, levantamentos ambientais e sociais, queixas e o Mecanismo de Queixas e Reclamações, e o desenvolvimento de subprojetos comunitários.
- **Peru:** Seis oficinas regionais foram realizadas para disseminar o Manual de Processos Operacionais do Projeto DGM Saweto Peru aos 18 intermediadores de projeto. Durante essas reuniões, o Mecanismo de Queixas e Reclamações e a Política de Conflitos de Interesse foram também apresentados e discutidos. Após essas oficinas, os 18 intermediários realizaram assembleias comunitárias ou subnacionais para (i) socializar o Projeto DGM Saweto Peru, (ii) confirmar os representativos intermediários das comunidades nativas no Projeto DGM Saweto Peru, (iii) selecionar as iniciativas a serem submetidas para financiamento pelo DGM Saweto Peru, e (iv) confirmar o comprometimento dos membros da comunidade com o apoio a e fornecimento de contribuições em espécie ao Projeto DGM.
- **Indonésia:** Um representante do DGM NSC da Indonésia recebeu apoio da GEA para participar da CBA10[1] em Dhaka, Bangladesh em abril. O foco da reunião foi na melhoria da resiliência de comunidades urbanas, e o representante falou como parte de um painel sobre o financiamento de adaptações baseadas em comunidades urbanas, explicando como o DGM funciona e a forma como trabalha com PICLs. Ele explicou o processo pra estabelecer e conceber o Projeto DGM Indonésia e respondeu a perguntas, incluindo quantos países foram selecionados para o DGM, e como PICLs no Indonesia podem acessar o mecanismo.
- **Oficina de Treinamento Regional DGM África**: A GEA fez atividades de planejamento para realizar o primeiro treinamento regional, que será feito na região da África e está agendado para ocorrer em Burkina Faso em julho. O conteúdo e a agenda do treinamento foram finalizados, e a maior parte do planejamento logístico também foi completado, com assistência crucial dos membros do GSC em Burkina Faso, bem como da UICN Burkina Faso atuando como a NEA. O objetivo do treinamento é fortalecer as redes e alianças de organizações de PICLs dentro e através da região da África com o objetivo de melhorar sua representação e sua voz em fóruns de políticas regionais e globais.

b. Intercâmbios de Conhecimento do DGM

- **Brasil-Moçambique**: Em maio, membros do comitê interino de Moçambique viajaram para Montes Claros para participar de um intercâmbio de conhecimentos sul-sul com o DGM/FIP do

[1] 10ª Conferência internacional sobre adaptação às mudanças climáticas baseadas em comunidades.

Brasil, o CCA/NM, membros do NSC do Brasil e comunidades locais. Durante o intercâmbio, os participantes compartilharam aprendizados e expandiram conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, e além disso discutiram iniciativas sendo realizadas no Brasil que podem ser replicáveis em Moçambique no futuro.

- **Peru-Indonésia:** Em junho, uma equipe da Indonésia, composta por dois membros do NSC, um representante do Samdhana e um representante do Banco Mundial visitaram o Peru (e o Brasil - ver abaixo) para aprender sobre modelos para fornecer aos povos indígenas e às comunidades locais maior segurança da posse de terras florestais e para gerir recursos de forma sustentável e respeitosa com as culturas tradicionais; sobre ligações com o FIP; e sobre a implementação do DGM.
- **Brasil-Indonésia:** Em junho, uma equipe da Indonésia (ver acima) visitou o Brasil e teve a oportunidade de participar de diálogos com membros do governo brasileiro, membros do DGM Brasil e PICLs brasileiros. Membros do DGM Indonésia e do DGM Brasil também realizaram uma visita de intercâmbio à comunidade quilombola de Kalunga, no estado de Goiás.
- **Brasil:** Um intercâmbio com o Povo Indígena Xakriabá foi realizado na Terra Indígena Xakriabá, São João das Missões, norte de Minas Gerais.

c. Lançamento de Projeto

- **O lançamento oficial do Projeto DGM da RDC** foi realizado em junho em Kinshasa, e contou com a participação de delegados de PICLs de 16 territórios de Projetos, representantes do Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável (MECNDD), do Banco Mundial, de representantes do GSC do DGM, OSCs, outros parceiros técnicos e financeiros, e da mídia. Durante o lançamento, as partes interessadas foram informadas sobre os objetivos, os componentes, a estrutura de governança e o processo de implementação do Projeto DGM da RDC.

d. Produtos de Conhecimento e Materiais de Divulgação

- **Identidade Visual do DGM Global:** O logo e a identidade visual do DGM foram finalizados, incluindo modelos para todos os materiais do DGM, como apresentações de Power Point, convites e relatórios. O GSC selecionou o logo entre opções preparadas pela GEA para sua revisão. A identidade visual contribui para estabelecer o reconhecimento consistente de materiais globais do DGM. (Alguns projetos de país do DGM escolheram utilizar suas próprias identidades visuais). Foi também criado um guia de uso do logo.

- **RDC:** De 15 de Março a 1º de Abril foram realizadas visitas a locais de projeto e levantamentos em Goma, Beni, Butembo, Bukayu, Wlikale e Lubutu para aprender mais sobre as iniciativas de conservação atuais. Os resultados dos levantamentos incluem mapas de áreas de conservação, que foram distribuídos e analisados para fornecer uma melhor compreensão dos espaços comunitários e de sua governança. No total, inventários ad-hoc de 41 áreas de conservação foram completados pelos PICLs, dando apoio à governança de recursos naturais na área do Projeto DGM.
- **Peru:** Um documento de melhores práticas (em inglês e espanhol) explicando o processo de concepção do DGM Saweto Peru foi desenvolvido e disseminado em fóruns internacionais, como os eventos paralelos da CQNUMC COP21. Uma ficha informativa de duas páginas (em inglês e espanhol) resume informações chave do DGM Saweto Peru. A versão em inglês foi disseminada na CQNUMC COP21, enquanto a versão em espanhol foi distribuída no nível local entre grupos indígenas e outras partes interessadas.
- **Brasil:** Os esforços de comunicação do DGM Brasil se focaram no site oficial de internet do DGM Brasil, nas redes sociais, em materiais impressos (um folheto informativo e um cartaz usados em reuniões do projeto) e artigos de papelaria uniformes para fornecer uniformidade e consistência. Para manter a visibilidade dos tópicos relevantes e das atividades do DGM Brasil, o site de internet publica relatórios mensais, que são também compartilhados no Facebook. Uma vez por mês, todo o conteúdo é enviado à lista de e-mails da DGM Brasil por meio de um boletim de notícias eletrônico. Todo o conteúdo é também distribuído pelo site de internet e pelas redes sociais do CAA/NM.

2.2.4. Preparação e Planejamento de Projeto

- **Brasil:** A primeira reunião oficial do DGM/FIP Brasil em janeiro resultou na aprovação do Manual de Procedimentos Operacionais de Projeto, no plano de trabalho e em estratégias de divulgação para o DGM/FIP Brasil. Adicionalmente, foram submetidos ao NSC para discussão e aprovação uma descrição dos métodos de trabalho, documentos de orientação, um protocolo de análise de subprojeto, um protocolo de visitas a locais de projeto e ferramentas para gerenciamento de dados. Essas ferramentas foram projetadas para monitorar salvaguardas ambientais e sociais.
- **República do Congo:** O comitê interino definiu a composição do NSC e selecionou um representante do GSC, desenvolveu um código de conduta, preparou missões de campo e facilitou atividades de divulgação e sensibilização. O comitê também se reuniu com mais de 30 autoridades durante este tempo.

- **Costa do Marfim:** Estabeleceu um comitê interino de pontos focais regionais, desenvolveu um organograma de partes interessadas, criou um logo e desenvolveu os ToR para uma missão de validação.

- **RDC:** O Manual de Procedimentos Operacionais de Projeto e o Plano de Trabalho e Orçamento anual para 2016 foram adotados na 3ª reunião do NSC em junho. Um treinamento sobre gestão fiduciária, organizado pelo Banco Mundial em Kinshasa em maio, fortaleceu a capacidade do coordenador do projeto e melhorou a contabilidade do Projeto quanto a contratação, gestão financeira, monitoramento e avaliação.

- **Gana:** Membros do GSC e a equipe da GEA foram convidados a participar da primeira reunião do NSC em Gana. O GSC e a GEA compartilharam informações sobre o estado de governança do NSC em cada um dos outros países do DGM. Durante a reunião, o NSC de Gana esclareceu o papel dos membros observadores e votantes. Durante esse período, Gana também completou a busca por uma NEA (Solidaridad).

- **Indonésia:** Membros do NSC reuniram-se com a equipe do Banco Mundial para discutir o Objetivo de Desenvolvimento do Projeto, áreas prioritárias e salvaguardas. Após isso, todos os membros do NSC revisaram a concepção do projeto proposta e desenvolveram o quadro lógico e a direção estratégica do Projeto. Uma doação de U$175,000, assinada em fevereiro, forneceu apoio técnico para o processo de preparação do projeto.

- **México:** Estabeleceu um NSC e criou três subcomitês regionais par agir como órgãos auxiliares do NSC em ações relacionadas ao planejamento, à implementação e ao monitoramento de atividades do DGM.

- **Moçambique:** O comitê interino propôs a composição do NSC e componentes de projeto para o DGM Moçambique. O comitê propôs também a criação de um fórum online para membros do comitê interino e observadores convidados de forma a dar apoio às consultas do DGM, permitindo discussões e contribuições sobre itens relevantes.

- **Mecanismo de Queixas e Reclamações:** Durante a Reunião do GSC, a GEA apresentou modificações finais ao Mecanismo de Queixas e Reclamações (GRM), que foram aprovadas pelo GSC. O GRM foi publicado no site de internet do DGM Global e está agora ativo.

- **Plano de Monitoramento e Relatório:** A GEA tem a tarefa de desenvolver e coordenar uma estrutura comum de monitoramento e relatórios através dos Projetos de País e Globais do DGM que cumpra uma função de aprendizado e apresente relatos sobre a implementação do DGM em direção aos resultados esperados. Para cumprir essa diretiva, a GEA redigiu uma estrutura de monitoramento e relatórios incluindo uma Teoria da Mudança do DGM, um Quadro Lógico

de Projeto do DGM, modelos de relatório, e um rascunho do Guia de Monitoramento e Relatórios para NEAs. A Teoria da Mudança e o Quadro Lógico foram aprovados na segunda Reunião Anual do GSC. A estrutura de monitoramento e relatórios, com orientações indicativas, será fornecida às NEAs e começará a ser utilizada no período do próximo relatório.

- **Outros Países:** A equipe da GEA tem fornecido informações a povos indígenas na Guatemala, no Nepal e no Equador quanto a processos Globais e de País do DGM. A Guatemala solicitou uma apresentação de Skype durante uma reunião interna antes de constituir seu comitê interino. No caso do Nepal, a GEA forneceu contatos para estabelecer diálogo direto com o TTL do Banco Mundial e agendar uma primeira reunião até setembro de 2016.

2.2.5. Envolvimento de Parceiros

- **Peru:** O NSC do Peru e intermediadores de projeto realizaram reuniões formais com membros do Escritório Regional de Agricultura (*Dirección Regional Agraria*—DRA), órgão responsável por emitir títulos de terras no nível regional. O DGM Saweto Peru já realizou reuniões que resultaram em acordos formais com cinco dos oito governos regionais, incluindo: Loreto, Ucayali, San Martín, Amazonas, Satipo/Junín. O DGM também fez reuniões preliminares com o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) e com o Ministério da Agricultura (MINAGRI), com os quais o DGM começou a identificar potenciais atividades complementares, incluindo a realização de sessões de treinamento sobre diretrizes e protocolos para a titulação de terras e o reconhecimento de comunidades.

- **Reunião de Países Piloto do FIP 2016**: Na Reunião de Países Piloto do FIP em junho em Oaxaca, México, a GEA organizou um painel destacando a "Implementação do DGM nos Países Piloto do FIP", mostrando o progresso do DGM para a audiência do FIP de aproximadamente 200 doadores, governos, órgãos implementadores e representantes de OSCs. O painel reuniu partes interessadas envolvidas na concepção e na implementação do DGM nos níveis nacional e global. Esse intercâmbio se focou no papel dos PICLs para a gestão sustentável e a conservação das florestas, particularmente no contexto do plano de investimentos do FIP. Os falantes discutiram o progresso no estabelecimento do DGM nos níveis nacional e global, os primeiros projetos financiados pelo DGM no Brasil e no Peru, e oportunidades para colaboração e coordenação ente o DGM e outros projetos financiados pelo FIP. O intenso intercâmbio entre partes interessadas de governos, comunidades indígenas e locais no DGM destacou avanços positivos, algumas das primeiras lições aprendidas, e a significância geral da iniciativa liderada pelos PICLs no contexto do FIP e além.

3. Lições Aprendidas, Questões e Oportunidades

A implementação de Projetos de País do DGM até agora se centrou em lançar o processo único e extensivo de consulta para garantir que a governança para o DGM seja liderada pelos PICLs e seus representantes.

- O primeiro ano do Projeto Global se focou em estabelecer os diferentes pilares de uma estrutura de governança robusta. As políticas, regras e procedimentos e a forma participativa com que foram desenvolvidas são a fundação que distingue esta iniciativa de muitas outras.
- Trabalhar com 14 comitês no nível nacional apresenta um desafio a manutenção de progresso em nível semelhante em todo o programa do DGM. As lacunas entre os níveis de progresso dos diferentes países representam uma oportunidade para o DGM promover aprendizado a partir das experiências de países que estão mais adiante para permitir que as inovações sejam refletidas e adaptadas conforme necessário. Para melhor aproveitar essa oportunidade, a GEA facilitará intercâmbios virtuais e presenciais por meio das oficinas regionais e globais.
- O Intercâmbio de Conhecimentos de NEAs foi uma oportunidade valiosa para as ONGs executando o DGM em cada país compartilharem experiências práticas. No futuro, as NEAs devem participar como observadoras em reuniões do GSC para reservar tempo para coordenar os trabalhos entre representantes da GEA e das NEAs.
- As NEAs e os NSCs expressaram desejo de maior clareza sobre o papel do Banco Mundial nos Projetos de País, particularmente sobre quando a não objeção do Banco é necessária em oposição a outras decisões em que o Banco atua como conselheiro.
- A revisão e seleção de subpropostas representou um desafio importante no Brasil e em Burkina Faso devido ao número de propostas recebidas, à falta de recursos disponíveis para fornecer apoio às equipes para revisar as propostas, e à triagem e à categorização relacionadas a questões ambientais e sociais. Ambos os países receberam um número de propostas significativamente maior que o esperado como resultado de uma divulgação ampla e bem planejada e de um alto nível de interesse pelas comunidades locais.
- Muitos países notaram desafios logísticos na disponibilidade de membros do NSC ou do comitê interino para participar de reuniões devido a impedimentos como a estação chuvosa e longas distâncias entre as comunidades dos membros, bem como a desafios relacionados à comunicação, especialmente quando trabalhando com pessoas em áreas isoladas e sem cobertura de telecomunicações.

- A Indonésia notou dificuldades em encontrar consultores de gênero e ESFM com experiência nos padrões de projeto do Banco Mundial que pudessem completar o trabalho necessário dentro do prazo e do orçamento previstos.
- Muitos países notaram o desafio de gerir as expectativas geradas na comunidade pela formação do DGM. Os países adotaram diferentes abordagens, como o estabelecimento de três Subcomitês Regionais incluindo representantes de PICLs das três regiões alvo no México.
- Alguns modelos e procedimentos no Manual de Procedimentos Operacionais de Projeto necessitam de modificações para simplificar e reduzir a burocracia nos processos de concepção e seleção de subprojetos.
- Durante as seis oficinas regionais com os dezoito intermediadores de projeto no Peru, notaram-se restrições para atingir as metas do primeiro ano, incluindo falta de capacidade técnica e operacional, conflitos de agenda devido a compromissos prévios, e disputas internas entre alguns dos 18 intermediadores de projeto, entre outros. Além desses aspectos, houve também critérios técnicos a serem considerados que levaram a equipe a priorizar a titulação de terras e o reconhecimento legal das comunidades como indígenas para garantir a eficiência do projeto.

4. Destaques das Atividades Futuras

- Implementar subprojetos (Burkina Faso, Brasil e Peru)
- Iniciar chamadas para propostas de subprojeto (RDC)
- Aval do Documento de Avaliação de Projeto pelo NSC e submissão ao Banco Mundial para aprovação (Gana e Indonésia)
- Introduzir a NEA ao NSC e negociar divisão de tarefas (Gana)
- Estabelecer NSC, identificar e selecionar a NEA (Moçambique)
- Desenvolver ToRs para elaboração do Manual de Procedimentos Operacionais de Projeto (México)
- Realizar primeira reunião do NSC (Congo)
- Estabelecer NSC (Costa do Marfim)
- Oficina de Treinamento Regional da África para líderes de PICLs, julho de 2016

- Sessão de Café com Conhecimento do Congresso Mundial de Conservação (WCC) da UICN. O GSC do DGM participará de duas sessões no WCC da UICN em setembro de 2016. Uma sessão, organizada pela GEA, é intitulada "Mecanismo de Doação Dedicado: Fornecendo às comunidades indígenas acesso direto a fundos climáticos para fortalecer iniciativas de conservação em seus territórios e comunidades", e uma segunda sessão, organizada pelo PNUD/GEF, discutirá oportunidades de financiamento para PICLs.

Treinamento global sobre negociações climáticas para líderes de PICLs. A oficina do DGM Global em 2 a 4 de novembro de 2016 em Marrakesh, logo antes da CQNUMC COP22 se focará no panorama financeiro como uma oportunidade para países do DGM e em como o DGM pode se ligar a compromissos nacionais para Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

5. Relatórios de Indicadores

O Documento do Programa DGM inclui cinco indicadores comuns a serem monitorados e agregados em todos os Países-Piloto do DGM. Além disso, o Projeto Global inclui três indicadores relacionados a suas atividades de compartilhamento de conhecimento e aprendizado. Durante o estágio inicial de implementação, a GEA está em processo de elaboração do Plano de Monitoramento e Relatório completo, inclusive uma metodologia de coleta de dados. Relatórios usando o Plano aprovado e a metodologia estabelecida são previstos para o futuro.

5.1. Indicadores Comuns dos Países-Piloto

Objetivos do Programa	Temas do FIP Apoiados pelo DGMM	Indicadores Comuns dos Países-Piloto do DGM	Alvo	Status na quinta-feira, 30 de junho de 2016

Reforçar a capacidade dos PICLs de participar do FIP e de outros programas de REDD+ em nível local, nacional e global.	Cobenefícios dos meios de subsistência	1. Porcentagem de subprojetos completados com sucesso e que alcançaram seus objetivos, consistentes com os objetivos do FIP	75%	Seleção de propostas para subprojetos completada no Brasil, no Peru e em Burkina Faso. Outros países lançarão o processo de seleção de subprojetos conforme seus projetos se tornem efetivos.
	Capacitação	2. Povos de comunidades adjacentes e florestais alvo com benefícios monetários ou não monetários provenientes da floresta, desagregados por gênero (número) (CSI Florestal)	Monitorado	A metodologia deste indicador será desenvolvida durante período do próximo relatório em consulta às NEAs para garantir que os subprojetos monitorem esses dados quando a implementação do subprojeto começar.
		3. Porcentagem de participantes em atividades de desenvolvimento de capacidades com papéis ampliados no FIP e em outros processos de REDD+ nos níveis local, nacional e global	75%	A metodologia deste indicador será desenvolvida durante o período do próximo relatório em consulta às NEAs.

	Governança	4. Porcentagem de reclamações registradas relacionadas à distribuição de benefícios dos projetos que foram abordadas (CSI de Participação e Engajamento Cívico)	100%	O Mecanismo de Queixas e Reclamações está aprovado e lançado para o Projeto Global, Brasil e Peru. Conforme outros Projetos de País se tornem efetivos, eles também lançarão esse Mecanismo.
		5. Porcentagem das partes interessadas do DGM que percebem a governança e os processos do DGM como transparentes e inclusivos.	Monitorado	A metodologia deste indicador será desenvolvida durante o próximo período de relatório em consulta às NEAs.

5.2. Indicadores do Projeto Global

Objetivo de Desenvolvimento do Projeto Global	Temas do FIP contribuídos pelo DGM	Indicador	Alvo	Status em quinta-feira, 30 de junho de 2016
Reforçar a capacidade dos PICLs de participar do FIP e outros programas de	Capacitação	Número de produtos de conhecimento produzido por receptores de doações do DGM e/ou países piloto apresentados durante	Monitorado	• 3 comitês interinos do DGM na região da África (Moçambique, República do Congo, Costa do Marfim) apresentaram relatos durante a 2ª reunião do GSC do DGM em Kinshasa.

REDD+ em nível local, nacional e global.		oportunidades de intercâmbio de conhecimento regionais e/ou globais.		• Subprojetos de país do DGM iniciarão no Ano 2, e eventos de conhecimento regionais e globais do Projeto Global vão ser plenamente lançados no Ano 2. • Logo e identidade visual do DGM, fichas informativas do DGM, boletins informativos bimensais da GEA, manutenção e atualização do site de internet do DGM Global, criação da página da comunidade do DGM Global no Facebook. • Evento paralelo do DGM no Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas (UNPFII). • Participação da GEA e do GSC em reuniões do SBSTA do UNPFII em Bonn.
		Porcentagem de participantes nas atividades de aprendizagem e de intercâmbio de conhecimentos pertencentes a programas de REDD+ e outros países além dos países-projeto do FIP.	Monitorado	• Primeiro Treinamento Regional DGM da África sobre Mudanças Climáticas com 35 participantes, incluindo países participantes não FIP, a ser realizado em Quagadougou, Burkina Faso em julho de 2016.
		Número de atividades/alianças que emergiram através da plataforma global com PICLs desempenhando um papel de liderança.	Monitorado	• Membros do GSC têm estado ativos em fóruns como o Fórum Internacional Indígena sobre Mudança Climática e o comitê Gestor dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas. • Um painel sobre mudanças

				climáticas foi organizado durante a reunião do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas para atualizações sobre as atividades do DGM. • A GEA procurou parceiros potenciais como o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), a Organização Mainyoito para o Desenvolvimento Pastoral (MPIDO), a Sotz'il e o Programa de Pequenas Doações do Fundo Mundial para o Ambiente do PNUD (PNUD-GEF SGP) com relação a sinergias. • 2ª Reunião Anual do GSC, realizada em Kinshasa, República Democrática do Congo de 25 a 28 de abril de 2016. • Reunião de Países Piloto do FIP 2016 em Oaxaca, México.

Parte III: Progresso por Projeto DGM

A parte III do Relatório de Progresso Semianual do DGM apresenta as atividades realizadas durante o período divididas por cada Projeto DGM, incluindo os Projetos de País e o Projeto Global. As informações sobre cada Projeto foram enviadas à GEA pelas NEAs no Brasil, no Peru, na República Democrática do Congo, na Indonésia e em Burkina Faso, e a GEA resumiu o conteúdo. Para Costa do Marfim, Gana, República do Congo, Moçambique e México, a GEA utilizou informações reunidas do NSC ou de membros dos comitês interinos.

6. Brasil

O DGM Brasil produziu um vídeo com membros do NSC para dar abertura a sua chamada de propostas de subprojetos no Cerrado

6.1. Visão Geral do Projeto DGM Brasil

Contexto

O DGM Brasil investe no bioma do Cerrado, um *hotspot* de biodiversidade global e uma bacia hidrográfica importante nas escalas regional e continental. Apesar de sua importância ambiental, o Cerrado não é suficientemente protegido e enfrenta um crescimento rápido no desmatamento e degradação ambiental devido à expansão de atividades agrícolas, mudanças desgovernadas no uso da terra, e queimadas.

O Cerrado é lar de 41 povos indígenas e de uma infinidade de comunidades tradicionais, incluindo comunidades quilombolas, comunidades camponesas e pastoralistas que dependem de e servem como guardiões dos recursos naturais remanescentes do Cerrado. O DGM Brasil trabalha com essas comunidades[2] e seus representantes para dar suporte a subprojetos financiados por doações, que promovem sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas, e também para fornecer capacitação e fortalecimento institucional para a REDD+.

Objetivos

O DGM Brasil busca (i) fortalecer a participação das comunidades indígenas, comunidades quilombolas e comunidades locais do bioma Cerrado no FIP, na REDD+ e em outros programas relacionados ao clima nas esferas local, nacional e global; e (ii) contribuir para melhorar a forma de vida e a gestão sustentável de florestas e da terra nos territórios de comunidades indígenas e locais, fornecendo apoio às ações requisitadas que promovam a gestão ambiental de territórios e atividades econômicas sustentáveis que reduzam as vulnerabilidades social, cultural, ambiental ou climática.

O Projeto DGM Brasil tem três componentes:

1. Subdoações para iniciativas de PICLs sobre sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas, incluindo i) gestão de recursos naturais; ii) respostas a ameaças imediatas; e iii) promoção de produção voltada ao mercado.

2. Capacitação e fortalecimento institucional para organizações representando povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais no Cerrado, incluindo: i) treinamento em áreas chave, como REDD+, FIP, gestão de recursos naturais, silvicultura, biodiversidade, e políticas de mudanças climáticas; e ii) treinamento técnico e em gestão.

3. Gestão, comunicações, monitoramento e avaliação para o Projeto, incluindo serviços de secretariado para o NSC do Brasil, gestão de projeto, monitoramento, relatórios e avaliação, manutenção do Mecanismo de Queixas e Reclamações, e supervisão dos subprojetos.

Partes Interessadas e Beneficiários

As partes interessadas envolvidas incluem comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais e suas organizações representantes; redes nacionais de ONGs como a Rede Cerrado, a Articulação Nacional de Agroecologia/ANA, a Articulação Semiárido Brasileiro/ASA, e outros; e o governo do Brasil, incluindo ministérios do governo, a Câmara de Deputados e o Senado, e órgãos de governo nacionais, estaduais e municipais (ICMBIO, IEF/MG, CODEMA[3]).

Os beneficiários incluem povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais legalmente reconhecidos e localizados total ou parcialmente no bioma Cerrado nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Goiás e Minas Gerais e no Distrito Federal. Além disso, ONGs trabalhando com as comunidades indicadas podem obter acesso a financiamento com uma carta de apoio de uma comunidade.

6.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

Representantes de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais reuniram-se em 2014 para definir a concepção do projeto, a composição do NSC e um Termo de Referência para escolher a NEA. O NSC foi estabelecido em Outubro de 2014, e foi oficialmente reconhecido como uma entidade legal pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Justiça em setembro de 2015. Este status legal é um caso único entre os Projetos de País do DGM. A composição final do NSC inclui 9 membros (25% dos quais sendo mulheres): 3 representantes de comunidades indígenas; 1 representante de comunidades quilombolas; 2 representantes de comunidades tradicionais; e 3 membros do governo. A participação de representantes do governo no NSC melhora a capacidade do NSC ao aproveitar a capacidade convocatória e analítica do governo, seu grande alcance em redes sociais e seu potencial de replicar ou aumentar a escala de atividades inovadoras do DGM. A representação do governo inclui um representante indicado pelo Ministério do Meio Ambiente; um representante indicado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e um representante indicado pelo Comitê Executivo Interministerial e Unidade de Gestão do Plano de Investimento do Brasil. Suplentes para as comunidades indígenas e tradicionais/quilombolas foram selecionados. O Banco Mundial é observador no NSC.

Em janeiro de 2015, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CCA/NM) foi escolhido para servir como NEA. O CCA/NM é uma organização bem conhecida com mais de 30 anos de trabalho com PICLs e agroecologia na região. O processo de avaliação do Banco Mundial foi completado, e a Diretoria do Banco Mundial aprovou o Projeto em Março de 2015. O acordo de doação com o CCA/NM foi assinado, e o Projeto do Brasil se tornou efetivo em junho de 2015.

6.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório

Reunião do NSC (13 a 15 de janeiro) A primeira reunião oficial do DGM/FIP Brasil, realizada em Montes Claros, Mato Grosso, resultou na aprovação do Manual de Procedimentos Operacionais de Projeto, do plano de trabalho para o período, e de estratégias de disseminação para o DGM/FIP Brasil (oficinas regionais), e na discussão do protocolo de análise de subprojetos. A reunião resultou também em maior conhecimento dos membros do NSC sobre o CAA/NM (a NEA) e na eleição de um presidente do NSC (Sr. John Nonoy Krikaty, representante indígena) e de uma vice-presidente (Sra. Maria do Socorro - comunidade local quebradeira de coco babaçu).

O primeiro intercâmbio NSC com o Povo Indígena Xakriabá foi realizado na Terra Indígena Xakriabá, São João das Missões, norte de Minas Gerais.

Desenvolvimento de ferramentas de orientação, coleta de dados e monitoramento. Uma descrição de métodos de trabalho, documentos de orientação, um protocolo de análise de subprojetos, um protocolo de visitas a locais de projeto, e ferramentas de gerenciamento de dados foram submetidos para discussão e aprovação pelo NSC. As diversas ferramentas foram projetadas para monitorar salvaguardas sociais e ambientais, e incluem um questionário base de monitoramento para famílias diretamente envolvidas nos subprojetos, bem como um mapa de entrevistas com líderes.

Chamada de subprojetos em 2016 Em janeiro foi publicada a primeira chamada de Expressões de Interesse (propostas de subprojetos) por organizações PICLs/Quilombolas. A nota esteve inicialmente aberta por 90 dias, mas foi estendida até maio. Foram anotadas sugestões para melhorar futuras chamadas de propostas e para expandir a oportunidade para incluir a participação por organizações formais e informais de povos indígenas e comunidades locais.

Oficinas de Divulgação. Três oficinas foram realizadas nos 30 dias após a chamada de propostas de subprojetos para compartilhar informações sobre o Projeto DGM com Povos Indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais. As oficinas, realizadas em Brasília/DF, Cuiabá/MT e Imperatriz/MA, permitiram à equipe principal do CAA/NM e aos membros do NSC envolverem-se com o público e suas organizações representantes. As oficinas apresentaram os objetivos e componentes do DGM, os recursos disponíveis, e tópicos como a REDD+ e o enquadramento legal dos PICLs e explicaram diretrizes para o processo de seleção de subprojetos, incluindo um exercício passo-a-passo para completar a Expressão de Interesse (proposta). As oficinas destacaram a necessidade de aprofundar a compreensão dos Povos Indígenas e das Comunidades Quilombolas e Tradicionais sobre o processo de REDD+ e os enquadramentos legais e também demonstraram a necessidade de descentralizar mais o processo de divulgação do projeto e as chamadas de propostas, permitindo que as informações alcancem as comunidades mais remotas no Cerrado brasileiro. Quatro vídeos explicativos sobre a

chamada de propostas foram publicados durante as oficinas e estão disponíveis no site de internet do DGM/FIP Brasil: http://dgmbrasil.org.br/.

Seleção de subprojetos. O NSC se reuniu em junho para avaliar e pré-selecionar propostas e para discutir e aprovar estratégias de monitoramento. De 158 propostas recebidas, 41 foram pré-selecionadas (na pendência de visitas aos locais de projeto): 24 de Povos Indígenas, 8 de comunidades quilombolas, e 9 de comunidades locais. As propostas vieram de nove estados do Cerrado brasileiro e do Distrito Federal, totalizando um valor estimado de seis milhões de reais (US$ 1,7 milhão). Das 41 propostas pré-selecionadas, 30 serão aprovadas para financiamento.

Oficina de visita a local de projeto Uma oficina foi realizada em junho no CAA/NM em preparação para visitas aos locais de subprojetos. A oficina preparatória teve a participação de equipes de apoio do CAA/NM e 10 estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade de Montes Claros (UNIMONTES) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que participarão e darão apoio a essas visitas, coordenados pelo DGM/FIP Brasil. Após as visitas aos locais de projeto, as propostas serão submetidas para discussão e seleção final pelo NSC.

Intercâmbios do DGM. Em maio, o DGM Brasil sediou um intercâmbio de experiências com colegas visitantes de Moçambique. Esse intercâmbio bem-sucedido[4] envolveu uma viagem a Montes Claros para reunião com o DGM/FIP Brasil, a NEA e membros do NSC e de comunidades locais. Durante o último dia da reunião do NSC de junho, o DGM Brasil se encontrou com membros do DGM Indonésia durante uma segunda visita de intercâmbio ao Brasil. Os membros do DGM Indonésia tiveram a oportunidade de se envolver em diálogos com membros do governo do Brasil, membros do DGM Brasil e Povos Indígenas, comunidades Quilombolas e tradicionais brasileiros. Membros do DGM Indonésia e do DGM Brasil também realizaram uma visita de intercâmbio à comunidade quilombola Kalunga no estado de Goiás.

Mecanismo de Reclamações

Durante este período, o Mecanismo de Queixas e Reclamações do DGM Brasil recebeu três reclamações. Duas delas questionaram a área de serviço do Projeto do DGM (o Cerrado brasileiro), e outra solicitava detalhes sobre a participação nas oficinas de divulgação.

As questões sobre a área de serviço do Projeto do DGM Brasil foram respondidas, explicando que o Projeto se baseia nos dados do IBGE (agência do governo brasileiro) que delineiam o perímetro do Cerrado brasileiro.

A solicitação da internet (com relação à comunicação de participação em oficinas de divulgação) foi respondida, e um documento listando os participantes foi enviado por e-mail.

6.4. Desafios e Problemas Encontrados

Áreas de trabalho que precisaram de esforços significativos dos membros da equipe principal foram a descrição de métodos de trabalho; a preparação de protocolos e análises de campo; o desenvolvimento de um roteiro de entrevista, questionários e ferramentas para coleta de dados e informações; e o desenvolvimento de ferramentas para salvaguardas e linha base ambientais e sociais, entre outros. Esses documentos orientarão o trabalho da equipe principal no processo de seleção e no monitoramento e acompanhamento dos subprojetos.

A pré-seleção de propostas representou um desafio significativo, devido ao número de propostas recebidas maior que o esperado e ao fato de que o processo de avaliação das propostas contou apenas com a equipe principal para preparar pareceres e classificar as propostas. Apesar de o plano original ter sido o envolvimento de membros da equipe de apoio na avaliação de propostas, o financiamento para a contratação de membros da equipe de apoio vem do Componente de Projeto III (gerenciamento), cujos recursos são limitados (em lugar de virem do componente I, que financia o próprio apoio às propostas de subprojeto). Como resultado, a equipe principal revisou e preparou pareceres para todas as propostas e realizou visitas aos locais dos subprojetos pré-selecionados, com participação limitada da equipe de apoio. O DGM Brasil discutiu essa questão com o representante do Banco Mundial para considerar opções para permitir apoio adicional na avaliação de propostas. O DGM Brasil deseja enfatizar a habilidade, experiência, conhecimento e o compromisso dedicado feito pelas equipes principal e de apoio durante os períodos mais intensos do Projeto.

6.5. Comunicações

Os esforços de comunicação do DGM Brasil[5] focaram-se no site oficial de internet do DGM Brasil, nas redes sociais (uma página no Facebook e YouTube), material impresso (um folheto informativo com 5000 unidades produzidas e um cartaz utilizado em reuniões do Projeto), e artigos de papelaria uniformes (bloco de notas, crachá e certificado) para dar consistência a todos os produtos de comunicação. Os folhetos informativos foram utilizados na divulgação para organizações interessadas em participar do DGM Brasil.

O público alvo do site de internet e das redes sociais são membros do público geral interessado em tópicos abordados pelo projeto, como PICLs, conservação ambiental e o Cerrado brasileiro. Pra manter a visibilidade desse tópicos e das atividades do DGM Brasil, o site de internet publica relatórios semanais que são também compartilhados no Facebook. Uma vez por mês, todo o conteúdo é enviado à lista de e-mails do DGM Brasil através de um boletim eletrônico.

Esses esforços cumpriram o objetivo de comunicar o projeto em múltiplas plataformas e idiomas - através de materiais impressos, textos na internet, vídeos e materiais gráficos. Todo o conteúdo é também divulgado através do site de internet e as redes sociais do CAA/NM.

6.6. Atividades Futuras

As atividades planejadas para o período do próximo relatório incluem:

• Visitas completas aos locais do subprojetos pré-selecionados (agosto), preparação do parecer final, realização de reunião do NSC para revisar e aprovar subprojetos (5 e 6 de setembro), anúncio dos resultados da chamada de 2016 (8 de setembro).

• Realizar a primeira Oficina de Preparação, Análise de Viabilidade Econômica e Gestão para os subprojetos (15 projetos) (26 de setembro a 2 de outubro; localidade proposta: Montes Claros/MG)

• Realizar a segunda Oficina de Preparação, Análise de Viabilidade Econômica e Gestão para os subprojetos (15 projetos) (10 a 16 de outubro; localidade proposta: Cuiabá/MT)

• Assinar acordos de subprojeto e iniciar implementação (outubro)

• Organizar e realizar primeira oficina temática: Trabalhando com Povos Indígenas e Comunidades Locais - Território, Identidade, Conhecimentos e Práticas Tradicionais e Sustentabilidade (segunda metade de novembro; localidade proposta: Belo Horizonte/MG)

• Preparar-se para 3ª Reunião do NSC (a ocorrer em janeiro de 2017). A reunião discutirá: resultados agregados da análise dos dados da linha de base, estratégias para repatriar os dados para as comunidades apoiadas, e papéis dos membros do NSC; atualizações, apresentação e aprovação do plano de trabalho e orçamento 2017-2018; avaliação do primeiro ano de atividades do DGM.

7. Burkina Faso

Participantes de uma oficina em Matiacoali, uma das oficinas de capacitação realizadas durante o período deste relatório para as partes interessadas e parceiros do Projeto.

7.1. Visão Geral do Projeto DGM Burkina Faso

Contexto

Burkina Faso alcançou um crescimento econômico significativo na última década, mas níveis persistentes de pobreza continuam sendo um desafio. As populações rurais permanecem em grande parte dependentes da agricultura e continuam a ter taxas de pobreza mais altas que as populações urbanas. Os recursos florestais são críticos para a subsistência e para a economia, e paisagens de usos mistos guardam potencial significativo para gerar benefícios de desenvolvimento e como sumidouros de carbono. Vários fatores diretos e indiretos que impulsionam o desmatamento e a degradação florestal estão presentes em Burkina Faso, incluindo a expansão da agricultura e da pecuária, a extração de produtos florestais, queimadas, mineração, práticas não sustentáveis de gestão da terra, baixa capacidade técnica, falta de governança e fraco acesso aos mercados. O DGM Burkina Faso

tenta abordar os fatores que impulsionam o desmatamento e a degradação florestal melhorando as capacidades técnicas e organizacionais e também as oportunidades econômicas das comunidades. Sob a direção de líderes de comunidades locais, o projeto terá lugar em 12 províncias e 32 comunidades alvo priorizadas no plano de investimento do FIP, mostrado na Figura 2. [6]

Objetivo

O objetivo do Projeto é "fortalecer a capacidade de comunidades locais específicas das regiões alvo de Burkina Faso de participar dos programas de REDD+ nos níveis local, nacional e global". Para trabalhar nesse objetivo, o programa é dividido em três componentes: 1) desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais das comunidades locais; 2) apoio ao desenvolvimento de atividades sustentáveis de gestão de recursos naturais; e 3) coordenação, gestão, monitoramento e avaliação.

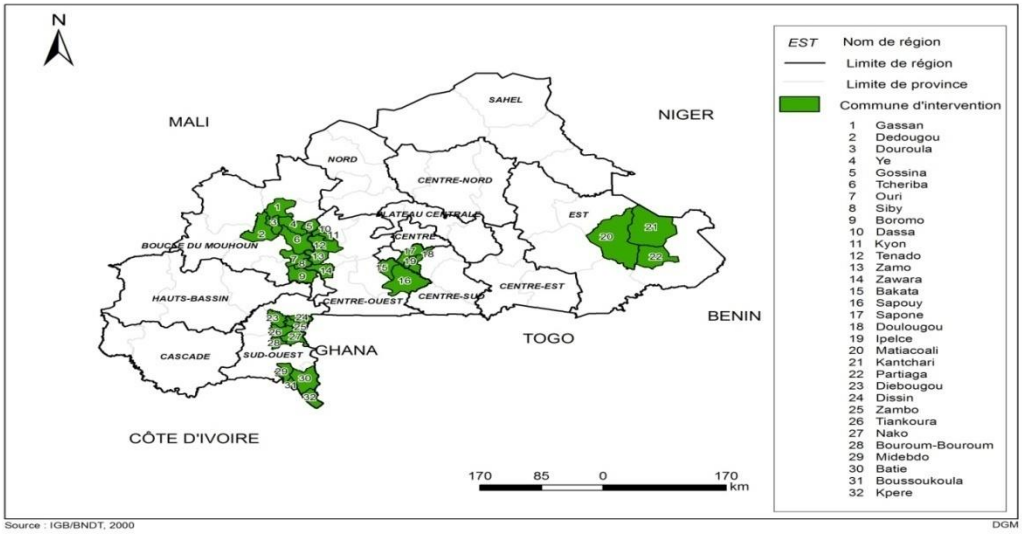


Figura 2. Mapa mostrando as 32 comunidades que foram priorizadas no FIP e selecionadas para intervenção pelo DGM Burkina Faso.

7.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

Em Burkina Faso, um comitê interino liderou um processo de consulta para estabelecer o NSC de outubro de 2013 a dezembro de 2014. O NSC inclui 25 membros: 11 representantes de comunidades locais das regiões alvo do FIP para o país, e 14 observadores do governo, da sociedade civil, do setor privado, autoridades locais (dos municípios e regiões), parceiros técnicos e financeiros (bancos de desenvolvimento multilaterais), além da NEA. O

Projeto DGM Burkina Faso foi aprovado pelo Banco Mundial em setembro de 2015. O comitê interino também administrou o processo de seleção para a NEA, e a UICN Burkina Faso foi escolhida em janeiro de 2015. Um contrato entre a UICN Burkina Faso e o Banco Mundial foi assinado em novembro de 2015.

7.3. Progresso da Implementação

Oficinas Regionais e Locais Cinco oficinas regionais e 12 oficinas em nível local foram organizadas para fortalecer a capacidade de parceiros e partes interessadas. Cada oficina incluiu até 30 participantes, e no total quase 360 pessoas estiveram envolvidas, incluindo cerca de 30% de mulheres. As oficinas abordaram tópicos incluindo a visão geral do projeto, mudanças climáticas, avaliações ambientais e sociais, queixas e o Mecanismo de Queixas e Reclamações, e o desenvolvimento de subprojetos de comunidades. As oficinas fornecem base para o desenvolvimento de subprojetos e para gestão apropriada de questões ambientais e sociais.

Lançamento da primeira chamada de subprojetos Uma chamada de propostas foi desenvolvida pela UICN Burkina Faso, aprovada pelo NSC e lançada em junho por meio de jornais, rádio comunitária e pela internet. No fechamento (11 de julho), cerca de 600 propostas de subprojetos de comunidades haviam sido recebidas.

Fortalecimento da parceria com o FIP por meio de várias reuniões de consulta e o desenvolvimento de um protocolo de colaboração. O protocolo de colaboração melhorará a cooperação e as sinergias para implementação harmoniosa das atividades de Projeto "Gestão Participativa de Florestas e Áreas Florestadas (PGDFEB)" e "Apoio a Comunidades Locais Dependentes das Florestas (FPAP)", incluindo:

- Capacitação (treinamento e conscientização)
- Implementação do Mecanismo de Queixas e Reclamações
- Estabelecimento e implementação de parcerias operacionais
- Monitoramento e avaliação de atividades de aprendizagem
- Divulgação de informações
- Preparação de atividades de REDD+

Mecanismo de Reclamações

Sem informações para este período.

7.4. Desafios e Problemas Encontrados

Os aspectos da implementação que exigiram maiores esforços durante o período deste relatório incluíram: o estabelecimento da posição de Gerente de Projetos de Compras (PRPM - responsável pelos processos de compras) para implementar rapidamente o plano de compras; a seleção de subprojetos da chamada de propostas, incluindo a triagem e a categorização relacionada a questões ambientais e sociais (ver Figura 3); e a implementação do Mecanismo de Queixas e Reclamações e de soluções relevantes. Os desafios encontrados incluíram questões logísticas relacionadas à disponibilidade de membros do NSC para reuniões devido à estação chuvosa, bem como falta de capacitação no NSC. Para abordar a falta de capacitação, uma oficina para o NSC está planejada para agosto de 2016, tratando do uso de uma grade de avaliação para aplicar critérios apropriados ao processo de seleção de subprojetos.

7.5. Atividades Futuras

- Realizar a triagem e categorizar projetos quanto a critérios ambientais e sociais
- Treinar membros do NSC para utilizar a grade de avaliação para aplicar critérios apropriados na seleção de subprojetos (meados de agosto, 2016)
- Selecionar subprojetos (a completar em agosto de 2016)
- Realizar visitas de campo para verificar os subprojetos
- Finalizar contratos e distribuir fundos para os subprojetos aprovados
- Treinar os donatários para emissão de relatórios, monitoramento e avaliação de projetos
- Implementar subprojetos, com início no final de setembro de 2016
- Monitorar a implementação dos subprojetos
- Implementar o Mecanismo de Queixas e Reclamações, incluindo respostas apropriadas a quaisquer queixas

8. República do Congo

8.1. Visão Geral do Projeto DGM República do Congo

Os setores geográficos alvos do DGM República do Congo são os cinco departamentos que se beneficiarão de atividades do FIP: Likouala, Sangha, Plateaux, Pool, e Brazzaville. Setenta por cento dos povos indígenas do Congo

habitam essas áreas. Likouala e Sangha são completamente florestados, Plateaux tem 26% de florestas e Pool tem 22% de florestas; dados sobre a cobertura florestal para Brazzaville não estão disponíveis. Os departamentos de Likouala e Sangha sofreram exploração florestal e degradação florestal como resultado de atividades de mineração. Embora o Congo esteja envolvido com a REDD+, PICLs não estiveram envolvidos nesses processos.

Com uma rica cultura de medicina tradicional, canções e danças, os povos indígenas do Congo são um grupo extremamente vulnerável e marginalizado que enfrenta discriminação, exploração econômica, empobrecimento, miséria e falta de acesso a serviços sociais básicos e direitos à terra. Essas violações dos direitos humanos se tornaram enraizadas na psique dos PICLs e contribuíram ainda mais para seu estado marginal. No nível nacional, o governo se comprometeu abertamente a promover os direitos dos PICLs através do desenvolvimento de um plano de ação nacional para melhorar as condições de vida dos povos indígenas. Contudo, há mais trabalho a ser feito para tornar isso uma realidade no nível local.

8.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

Um comitê interino (GTTDGM-CONGO) foi estabelecido em dezembro de 2015 para desenvolver e selecionar o NSC. Os critérios de adesão ao NSC foram estabelecidos da seguinte forma: representantes devem ser de povos indígenas ou vir de uma comunidade local, devem ter trabalhado com e conhecer os desafios dos PICLs e compreender o FIP, não pode ser um membro do comitê nacional de REDD+ ou do FIP, e deve estar de acordo com a missão do DGM. O NSC de 27 pessoas inclui 22 membros com poder de tomada de decisão (15 homens e 7 mulheres, as quais representam 33% do total), bem como 5 observadores. Dez membros do NSC são de povos indígenas e 12 membros são de comunidades locais, com um indígena exercendo a presidência para contrabalancear o fato de que há mais representantes de comunidades locais. O vice-presidente do NSC e representante do GSC é Moussele Diseke-Guy. Observadores incluem o Banco Mundial; o Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Gestão Florestal; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca; o Ministério de Assuntos Sociais; e o Ministério da Justiça para os Povos Indígenas. Os observadores podem solicitar orientações de outros ministérios, em um esforço para evitar um número muito grande de observadores no NSC.

8.3. Progresso da Implementação Durante o Período do Relatório

As atividades durante o período do relatório se focaram na preparação do Projeto. Durante o período do relatório, o comitê interino realizou 14 reuniões para estabelecer uma unidade de gestão, desenvolver um código de conduta, preparar missões de campo e facilitar atividades de divulgação e conscientização. O comitê se reuniu

também com mais de 30 autoridades durante esse período. O comitê interino definiu ainda a composição do NSC e selecionou um representante do GSC.

Mecanismo de Reclamações

Sem informações para este período.

8.4. Desafios e Problemas Encontrados

Diversas questões foram notadas pelo comitê interino na iniciação do DGM Congo, incluindo a participação inconsistente de membros do comitê interino nas diversas reuniões; uma percepção de falta de controle do projeto por parte das comunidades relevantes; a percepção de falta de comprometimento de autoridades nacionais e locais; falta de clareza quanto ao papel do TTL do Banco Mundial; e falta de verbas para obter computadores, suprimentos e outros recursos necessários. Foram notados desafios continuados para o projeto, incluindo dificuldades relacionadas à comunicação, principalmente no trabalho com povos em áreas isoladas; às complexidades da logística para participação de PICLs baseados em áreas remotas; e instabilidade política (particularmente em um distrito) - a violência interferiu com as missões de campo.

8.5. Atividades Futuras

- Realizar primeira reunião do NSC

9. Costa do Marfim

9.1. Visão Geral do Projeto DGM Costa do Marfim

Contexto

Na Costa do Marfim, povos indígenas no sentido etnológico estrito são raros ou não existentes, porque a maior parte das comunidades reconhecidas como marfinenses vêm de países vizinhos. As leis marfinenses fazem uma distinção entre três categorias de comunidades locais: (1) "nativos" são povos cujo grupo étnico é considerado o proprietário das terras em uma área, e portanto o usuário natural das terras. Seus interesses na floresta são sociais, culturais, emocionais, espirituais e econômicos; (2) "não nativos" são marfinenses de outras partes do país que se estabeleceram na área por interesses econômicos; e (3) "imigrantes" são povos que não têm

nacionalidade marfinense, mas imigraram para a região em busca de terra arável, cujo interesse na floresta é primariamente econômico. A agricultura é a atividade primária dos dois últimos grupos (não nativos e imigrantes), e contribuiu fortemente para o desmatamento e a degradação das florestas marfinenses.

As duas áreas selecionadas para intervenção do FIP/DGM têm diferentes características agroflorestais, mas estão ligadas, em termos de impactos sobre a cobertura florestal, por sua história de migrações populacionais anteriores. A Zona 2 (Centro) inclui cinco regiões administrativas: Gbeke, N'Zi, Belier, Iffou e Moronou, e cobre uma área de 3,5 milhões de hectares (cerca de 11% do território marfinense). Ela contém 42 florestas classificadas de tamanho pequeno (área total de aproximadamente 0,23 milhões de hectares), e as áreas urbanas cobrem cerca de 3,3 milhões de hectares. A Zona 1 (Sudoeste) inclui cinco regiões administrativas: São Pedro, Gboklè, Guémon, Cavally e Nawa, e cobre uma área de aproximadamente 4 milhões de hectares (cerca de 12,5% do território marfinense). Essa Zona contém 17 florestas classificadas (área total de cerca de 1,1 milhão de hectares), algumas muito degradadas e outras ainda relativamente intactas. A Zona 1 inclui também o Parque Nacional de Taï (TNP), a maior área protegida de florestas densas na região da África Ocidental, com uma área de pouco mais de 0,5 milhões de hectares (junto com a Reserva Parcial de Fauna de N'zo). Áreas rurais na Zona 1 cobrem cerca de 2,4 milhões de hectares.

Objetivo:

O objetivo geral do FIP (fase 1) é reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e promover a conservação e o manejo sustentável das florestas do país, ao mesmo tempo equilibrando os interesses econômicos de diversas partes interessadas. Os objetivos específicos do FIP são:

OS1: Restaurar, proteger e monitorar florestas naturais das duas áreas prioritárias

OS2: Contribuir para a recuperação de florestas plantadas para aumentar a produção de madeira e reduzir a coleta de lenha em florestas naturais

OS3: Reduzir o desmatamento devido a atividades agrícolas

Os dois Componentes de Projeto do DGM Costa do Marfim são:

- Fortalecer a capacitação das comunidades locais no manejo florestal
- Fornecer apoio aos povos locais em iniciativas para o desenvolvimento socioeconômico e a gestão ambiental

Partes Interessadas

As partes interessadas incluem grupos nacionais e locais representados no comitê interino estabelecido pelo FIP, que foram selecionados para garantir a coordenação eficaz e o envolvimento de todas as partes interessadas no desenvolvimento do FIP, incluindo representantes de ministérios, da sociedade civil (OIREN[7] e ONGs locais), autoridades tradicionais, representantes eleitos locais, o setor privado, parceiros técnicos e financeiros, comunidades locais, e organizações de jovens e de mulheres.

9.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

O comitê interino do DGM inclui nove membros, um de cada uma das regiões administrativas, incluindo 3 mulheres. Os representantes no comitê interino foram selecionados com base nos seguintes critérios:

- Os membros devem viver na região do DGM, ser membros da comunidade local e defender interesses comunitários, e não podem ser representantes do governo.
- Os membros devem estar envolvidos no processo de preparação do FIP e ter uma boa compreensão do processo.
- Os membros devem ter uma das seguintes características: representar mulheres ou jovens em uma comunidade de áreas do projeto; ser um líder de comunidade local; pertencer a uma coligação ou rede de ONGs; ser um membro da sociedade civil na área do DGM; ter trabalhado com ou pertencer a organizações e associações membro do OIREN.

O comitê interino está trabalhando com apoio do Banco Mundial, da Secretaria Permanente do REDD+, e de organizações da sociedade civil por meio do OIREN para identificar pontos focais nas regiões, departamentos, subprefeituras e vilas para atuar como membros do NSC. Quando finalizado, o NSC terá 18 membros, incluindo ao menos 40% de mulheres (5 de 11 membros e 3 de 7 observadores). Os sete observadores incluirão um representante do conselho regional (1), representantes de chefes tribais ou de comunidades locais (2), representantes de Ministérios (2), e ONGs (2).

O comitê interino planeja escolher uma NEA até o final de 2016 e conseguir a aprovação do projeto de país do DGM até março de 2017.

9.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório

Durante o período do relatório, as atividades na Costa do Marfim se focaram na fase de preparação. Elas incluíram:

- O estabelecimento de um comitê interino composto por pontos focais regionais
- Concepção do organograma de partes interessadas com apoio da Secretaria Executiva Permanente do REDD+ (SEP-REDD+ e consultor do Banco Mundial)
- Criação de logo pelo comitê interino e membros da Secretaria Executiva Permanente do REDD+ (SEP-REDD+) e consultor do Banco Mundial
- Desenvolvimento de ToRs para a missão para aprovar o documento do programa; Note que esses ToRs foram preparados pelo consultor do Banco Mundial e membros da SEP-REDD+ sem o comitê interino
- O comitê interino portanto desenvolveu ToRs visando diretamente as partes interessadas do DGM que são comunidades locais e seus órgãos

Mecanismo de Reclamações

Sem informações para este período.

9.4. Desafios e Problemas Encontrados

O comitê interino indicou a necessidade de melhorar a coordenação internamente e com o consultor do Banco Mundial e a equipe da SEP-REDD+ em atividades chave incluindo reuniões com líderes tradicionais, divulgação às comunidades, aderência à estratégia e proposta do comitê interino para seleção de membros do NSC, e finalização do Comitê Gestor Nacional do DGM.

Diversos passos foram dados para avançar em direção à melhoria da coordenação, incluindo:

- Compreensão do papel do consultor do Banco Mundial no processo do DGM
- Construção de uma relação de trabalho colaborativa com membros do comitê interino
- Trabalho conjunto para estabelecer o NSC, permitindo que o comitê interino liderasse o processo com o consultor e a SEP-REDD+ exercendo papel de aconselhamento em lugar de conduzirem ou decidirem o processo político

9.5. Atividades Futuras

Os próximos passos são:

• Estabelecer o NSC e seus componentes relevantes

- Organizar uma oficina nacional para apresentar o DGM, com apoio da GEA, do Banco Mundial e da SEP-REDD+
- Desenvolver Manual de Procedimentos Operacionais de Projeto

10. República Democrática do Congo

Oficina na vila de Mbombokonda para selecionar o representante do NSC do DGM RDC para o território de d'Inongo

10.1. Visão Geral do Projeto DGM República Democrática do Congo

Contexto

A República Democrática do Congo (RDC) abriga o maior bioma da África, cobrindo 155 milhões de hectares ou cerca de dois terços do território nacional da RDC. Apesar de a taxa de desmatamento ser relativamente baixa, a RDC é um dos dez principais países em termos de perda anual de cobertura florestal devido à extensão de sua floresta (metade da selva de toda a África) e ao aumento das atividades madeireiras ilegais em larga escala. A agricultura de pequena escala e familiar são também fatores que impulsionam o desmatamento e a degradação florestal em volta das cidades e vila da RDC.

Mais de 40 milhões de pessoas dependem das florestas da RDC para seus meios de subsistência. Com grandes investimentos para melhorar a infraestrutura e a capacidade energética, o governo buscou uma estratégia nacional de REDD+ para reduzir as emissões e gerir o uso da terra. O Projeto de Apoio às Comunidades Dependentes de Florestas (Projeto de País do DGM) está intimamente alinhado às áreas prioritárias do FIP na RDP e tem o objetivo de dar apoio ao manejo sustentável das florestas pelos povos indígenas do país (cerca de 600000 pessoas, incluindo os povos Aka, Twa, Cwa, Baka e Mbuti) e pelas comunidades locais que vivem em áreas vizinhas às áreas dos povos indígenas.[2] Na RDC, o termo "povos indígenas" é restrito à população de pigmeus, e "comunidades locais" se refere às comunidades que vivem em áreas vizinhas às áreas dos PIs e compartilham tradições, rituais (incluindo eventos religiosos) e formas de subsistência (centradas na caça). O projeto visa as populações marginalizadas em 16 territórios (Inongo, Kiri, Oshwe, Opala, Banalia, Yahuma, Mambasa, Bafwasende, Lupatapata, Lubao, Lubefu, Lusambo, Kabinda, Dekese, Dimbelenge e Mweka).

Objetivos

O Projeto DGM RDC está focado em (i) construir uma representação nacional e provincial legítima e transparente para promover os interesses dos PICLs, em particular com relação à posse da terra e, de forma mais geral, aos direitos à terra, e (ii) implementar casos piloto para garantir os direitos dos PICLs sobre terras florestadas dando ao mesmo tempo suporte para atividades de desenvolvimento alternativas. O projeto tem três componentes:

- Reforçar a participação dos PICLs nos processos de manejo florestal e da terra relacionados ao REDD+. Isso inclui capacitações no nível nacional para fortalecer as vozes dos PICLs com relação a políticas de terras e florestais, e o fortalecimento das capacidades das comunidades locais para participar das atividades de manejo florestal e da terra.
- Oferecer apoio à gestão sustentável de florestas e terras com base na comunidade. Isso inclui a promoção de manejo florestal e de terras sustentável através de atividades alternativas de subsistência, a promoção da cultura dos PICLs e o empoderamento dos PICLs quanto ao reconhecimento formal de seus direitos.

[2] Banco Mundial, Forest Dependent Communities Support Project (P149049), Project Information Document, 14 de fevereiro de 2014

- Aumentar a capacidade de implementar atividades de desenvolvimento de PICLs e consolidar feedback.

Partes Interessadas e Beneficiários

O Projeto proposto envolverá diversas partes interessadas, incluindo PIs, CLs, comitês de distrito, OSCs locais, e partes interessadas no nível nacional como o Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável, o Ministério de Questões de Posse de Terra, o Ministério de Questões Sociais, e o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, entre outros. A

Os beneficiários diretos serão PIs, CLs e entidades locais como as organizações baseadas em comunidades nos 16 territórios alvo.

10.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

O NSC da RDC inclui um representante de cada um dos 16 territórios que compõe a área geográfica alvo do projeto mais oito representantes da REPALEF[3] (uma rede nacional representando a maior parte das organizações de PICLs), num total de 24 membros. A Secretaria Permanente do NSC inclui cinco membros: dois copresidentes, um secretário e três conselheiros. O NSC realizou sua primeira reunião em Kisangani em novembro de 2014. Após a primeira reunião do NSC, um comitê de sete membros do NSC desenvolveu um Termo de Referência para a NEA e lançou o processo para avaliar propostas. A Caritas Congo foi selecionada em outubro de 2015, e em novembro de 2015 uma reunião de partes interessadas de três dias foi realizada com o Banco Mundial, a Caritas Congo, a REPALEF, o NSC e o Governo da RDC. O Acordo de Doação da Agência Executora foi assinado entre a Caritas Congo e o Banco Mundial em abril de 2016; o Plano de Trabalho e Orçamento Anual e o Manual de Procedimentos Operacionais de Projeto foram aprovados em junho de 2016.

[3] *Réseau des Populations Autochtones et Locales pour la Gestion Durable des Ecosystèmes Forestiers en RDC*

Figura 1. Cerimônia de lançamento do Projeto DGM RDC, Kinshasa, junho de 2016

10.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório

Viagem de campo e levantamento, realizados de 15 de março a 1º de abril em Goma, Beni, Butembo e Bukayu, Walikale, e Lubutu para aprender mais sobre as iniciativas atuais de conservação, incluindo nas áreas da APAC[4] ou em áreas de patrimônio das comunidades locais. Participaram da viagem representantes da REPALEF (1), do

[4] *l'Association des Peuples autochtones du Congo* (Association of Indigenous Peoples of the Congo)

ICCN[5] (2), do Banco Mundial (2), da GIZ[6] (1) e do Consórcio da APAC (2). Os resultados desses levantamentos incluem (i) mapas das áreas de conservação, que foram analisados e distribuídos, (ii) melhor compreensão da situação dos espaços comunitários (EC) e da governança da APAC, e (iii) documentação e disseminação de relatórios sobre a APAC. No total, foram completados pelas comunidades locais inventários *ad hoc* de 41 áreas de conservação, uma contribuição importante para dar apoio à governança dos recursos naturais na área do Projeto DGM.

Treinamento sobre gestão fiduciária para agências implementadoras do Projeto, organizado pelo Banco Mundial em Kinshasa em maio, fortaleceu a capacidade do coordenador do projeto e melhorou a contabilidade do Projeto nas áreas de aquisições, gestão financeira, monitoramento e avaliação.

Lançamento Oficial do Projeto DGM RDC. O lançamento do Projeto foi realizado em junho em Kinshasa (Figura 4) e contou com a participação de representantes de PICLs dos 16 territórios do Projeto, representantes do Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável (MECNDD); do Banco Mundial, de OSCs, de outros parceiros técnicos e financeiros e da mídia. Durante o lançamento, os PICLs e outras partes interessadas receberam informações sobre os objetivos, is componentes, a estrutura de governança e o processo de implementação do Projeto DGM RDC. Esse resumo das informações serve como introdução para compreender os papéis das partes interessadas e gerir as expectativas.

Manual de Procedimentos Operacionais do Projeto. Um consultor foi recrutado para redigir o manual, com base nos manuais de procedimentos que estão sendo utilizados pela Caritas Congo (a NEA). Após a incorporação de recomendações do Banco Mundial, o manual foi adotado pelo NSC em junho de 2016.

Plano de trabalho e orçamento anual de 2016. Esta atividade foi realizada por meio de mini oficinas entre a Caritas Congo e membros executivos da Secretaria Permanente do NSC. O plano de trabalho e orçamento de 2016 foram validados pelo NSC em junho de 2016, depois de integrar recomendações do Banco Mundial. Foram desenvolvidos Termos de Referência para utilização no recrutamento de pessoal e consultores independentes que implementarão atividades do DGM de acordo com os objetivos do Projeto e os procedimentos do Banco.

A terceira reunião do NSC realizada em Kinshasa em junho resultou na aprovação do plano de trabalho e orçamento anual de 2016 e do Manual de Procedimentos Operacionais de Projeto. Além disso, foram compartilhados e compreendidos o mandato e o papel da NEA, os objetivos e Componentes do DGM e seu arranjo institucional.

[5] Institut Congolais pour la Conservation de la Nature ("Instituto Congolês para a Conservação da Natureza")
[6] Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit ("Sociedade para a Cooperação Internacional")

Mecanismo de Reclamações

Nenhuma queixa foi feita durante o período de referência.

10.4. Desafios e Problemas Encontrados

Os principais desafios encontrados durante esse período estiveram relacionados aos prazos. O DGM RDC notou um atraso na implementação do plano de trabalho e orçamento anual de 2016 devido a desafios relacionados à garantia de que o desembolso de recursos esteja em concordância com os procedimentos normais do Banco Mundial. Devido a esses atrasos, diversas atividades foram postergadas para o período do próximo relatório. Tensões políticas no país também influenciaram o arranque do projeto.

10.5. Atividades Futuras

- Identificar pessoal de apoio organizacional e operacional de dentro do PACOLO (*Peuples Autochtones et Communautés Locales)*
- Treinar pessoal local e o PACOLO em: desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação de subprojetos; questões ambientais e sociais.
- Iniciar chamadas de propostas de subprojetos
- Recrutar duas equipes especializadas em questões de gestão de terras comunitárias (áreas protegidas e concessões florestais comunitárias)
- Organizar visitas locais para identificar áreas protegidas
- Dar apoio ao mapeamento participativo de terras comunitárias
- Organizar oficinas e consultas com as comunidades relacionadas a seu perfil histórico, fluxo de trabalho de mobilidade populacional, recursos, extensão das terras comunitárias, detentores de direitos, etc.
- Realizar análises dos procedimentos para aquisição de direitos (concessões florestais das comunidades locais ou áreas protegidas comunitárias)
- Advogar sobre reforma agrária e acompanhar a legislação em favor dos PIs
- Assegurar o funcionamento da Caritas Congo como NEA
- Apoiar Assistente de comunicação (em apoio ao especialista técnico)

- Realizar reunião do NSC
- Assinar contrato com a REPALEF
- Assinar contratos com operadores especializados para oferecer treinamentos sobre tópicos especializados, incluindo acompanhamento das leis, reforma agrária, gestão de terras comunitárias, capacitação de operadores locais, diagnóstico institucional de operadores locais de apoio aos povos indígenas e comunidades locais
- Assinar contrato com equipe para fornecer suporte às comunidades locais
- Adquirir equipamentos, acessórios e equipamentos de campo
- Desenvolver plano de trabalho e orçamento anual de 2017

11. Gana

Reunião do NSC de Gana

11.1. Visão Geral do Projeto DGM Gana

Contexto

O crescimento de Gana é fortemente dependente dos recursos naturais, muitos dos quais estão sujeitos a degradação significativa, particularmente no setor florestal. No oeste de Gana, plantações de cacau são um fator que contribui significativamente para o desmatamento. Cerca de 800 mil famílias em Gana estão envolvidas na produção de cacau, produto que gera a principal receita tributária.

Devido a essa ameaça, o reflorestamento nessas áreas e a melhoria da produção de cacau são prioridades para o DGM Gana. O DGM Gana trabalhará com comunidades da borda florestal nas regiões Oeste e Brong-Ahafo (BA) de Gana, ao longo da fronteira com a Costa do Marfim. Nestas áreas, incêndios florestais e a falta de terras para projetos de plantio são uma preocupação daqueles que planejam mobilizar recursos do DGM. No geral, o uso das terras comunitárias nessas áreas é autorizado pelos detentores de títulos alodiais na comunidade (chefes tribais ou de família).

Objetivos

O Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (ODP) é o fortalecimento do conhecimento e a melhoria de práticas de comunidades locais alvo em processos de REDD+ e manejo florestal sustentável.

Os componentes do projeto incluem:

- Capacitação e fortalecimento institucional (custo estimado: US$ 1,0 milhão)
- Iniciativa comunitária sustentável e adaptável (custo estimado: US$ 3,5 milhões)
- Gestão, monitoramento e avaliação do Projeto (custo estimado: US$ 1,0 milhão)

Partes Interessadas

No nível distrital, as partes interessadas do Projeto incluem a Divisão de Serviços Florestais da Comissão Florestal (FSD), a assembleia distrital, e as OSCs e OBCs trabalhando com mudanças climáticas. No nível nacional, o Banco Mundial, o Ministério de Terras e Recursos Naturais, a Comissão Florestal, a equipe do FIP, a mídia, OSCs nacionais e diversos outros são também partes interessadas.

11.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

Durante o período do último relatório a equipe de país do Banco Mundial realizou consultas com as partes interessadas para estabelecer o NSC de Gana, e uma nova consultoria foi desenvolvida em outubro de 2015 para se comunicar diretamente com duas regiões. Inicialmente, as reuniões dos grupos focais eram realizadas para identificar organizações baseadas em comunidades, ONGs e outras partes interessadas ativas nas regiões Oeste e Brong-Ahafo. Em dezembro se realizaram duas reuniões com as partes interessadas regionais - uma em cada uma das duas regiões - em que o objetivo e o processo do DGM foram explicados juntamente com suas ligações ao FIP. Foram discutidos os perfis de membros do NSC e possíveis candidatos, assim como o Mecanismo de Queixas e Reclamações do DGM. O NSC foi formado com 13 representantes de comunidades locais: 12 homens e 1 mulher das duas regiões. O NSC inclui 10 membros com poder de tomada de decisão, junto com três observadores para fornecer conhecimentos especializados adicionais. Uma Oficina Nacional de Planejamento foi realizada com as partes interessadas em nível nacional, na qual foram selecionados um representante e um suplente do GSC. No início do período deste relatório, o DGM Gana realizou sua primeira reunião do NSC, a qual estabeleceu os membros do NSC.

O DGM Gana realizou uma chamada de candidaturas a NEA e reuniu-se com a NEA proposta (Solidaridad) para negociar sobre a implementação do projeto.

O DGM Gana realizará uma reunião sobre a aprovação do projeto e o plano para finalizar o processo de aprovação do projeto antes do final de julho de 2016. O grupo aguarda uma carta de autorização do Ministério das Finanças e a aprovação do Documento de Avaliação do Projeto (DAP) pelo Banco Mundial em setembro de 2016.

11.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório

Durante o período desse relatório, as atividades em Gana se focaram na preparação do projeto e incluíram:

- Primeira reunião do NSC de Gana
- Chamada de candidaturas a NEA (com apoio de um consultor), revisão das propostas de NEA, incluindo requisitos fiduciários e alinhamento com as diretrizes operacionais, avaliação dos candidatos a NEA com ajuda do Ministério de Terras e Recursos Naturais, redação de relatório de avaliação e sua submissão ao Banco Mundial, convite ao vencedor da licitação para verificações judiciais

- Reunião em pessoa com a NEA proposta (Solidaridad) para negociação sobre a implementação do projeto

Mecanismo de Reclamações

Sem informações para este período.

11.4. Desafios e Problemas Encontrados

Desafios percebidos incluem:

- A longa distância entre as comunidades dos membros do NSC e a falta de cobertura de telecomunicações em diversas comunidades
- A falta de recursos para reembolsar as despesas de membros do NSC

Além disso, o processo de seleção da NEA resultou na desqualificação de um dos indicados. Isso causou atrasos durante a realização de verificações de antecedentes adicionais e causou algumas tensões entre o NSC e o Banco Mundial. Para resolver esta questão, a liderança do NSC relatou os desenvolvimentos ao Banco Mundial e à GEA.

11.5. Atividades Futuras

Uma reunião do NSC está planejada para logo após a Oficina de Treinamento Regional da África em Burkina Faso para apresentar oficialmente a NEA ao NSC e negociar a divisão de tarefas.

12. Indonésia

12.1. Visão Geral do Projeto DGM Indonésia

Contexto

A Indonésia possui a terceira maior área de floresta tropical no mundo - um recurso valioso para o país e um sumidouro de carbono e centro de biodiversidade importantes globalmente. A Indonésia abriga estimados 94 milhões de hectares de florestas naturais e plantadas e os maiores ecossistemas de mangue e de ervas marinhas. As florestas da Indonésia, além de serem um patrimônio nacional, têm importância global devido a seu valor de biodiversidade e potencial contribuição para as mudanças climáticas. Estima-se que a emissão anual de gases de

efeito estufa (GEE) causada pelo desmatamento, pela degradação florestal e pela decomposição de turfa na Indonésia entre 2001 e 2012 tenha sido entre 320 e 430 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO^2e).[7]

Considerando dados de 2011, aproximadamente 32 milhões de pessoas vivem em áreas florestadas na Indonésia. Destas, seis milhões vivem em áreas florestais remotas e pobres. A governança fundiária na Indonésia é complexa, criando barreiras para que grupos dependentes das florestas defendam os direitos sobre a terra e sua subsistência. O mapeamento participativo de terras tradicionais foi uma parte central da estratégia dos PICLs para o diálogo. A *Aliansi Masyarakat Adat Nusantara* (AMAN, ou Aliança de Povos Indígenas do Arquipélago) e diversas outras redes e ONGs foram fortes promotores desta abordagem de mapeamento participativo, e se comprometeram a mapear 40 milhões de hectares de florestas tradicionais até 2020. A Indonésia abraçou também o conceito de compensação financeira pela Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em um esforço para alcançar seu objetivo de redução das emissões de GEE. O sucesso da REDD+ articula a melhoria da governança florestal. A REDD+ cria uma oportunidade adicional para que os povos indígenas (Adat) e as comunidades locais resolvam questões relativas a reivindicações e direitos à terra, porque a posse incerta de terras é vista como uma causa subjacente do desmatamento e da degradação florestal. O Projeto DGM Indonésia é uma oportunidade de garantir a "propriedade de terras da comunidade" às comunidades indígenas.

O Projeto DGM Indonésia define os povos indígenas (*Masyarakat Hukum Adat*) como comunidades autoidentificadas que se organizam em volta de sistemas legais e de governança tradicionais, baseados na gestão coletiva do território. Apesar de poder incluir direitos individuais dentro do sistema coletivo, estes direitos são geralmente não transferíveis para pessoas de fora do território. Comunidades locais, distintas dos povos indígenas, são aquelas que, embora ocupem as terras em que vivem há um longo tempo, escolheram não se autoidentificar como Adat, e podem não cumprir os critérios de reconhecimento que estão sendo criados pelo governo. Isso frequentemente significa uma diferença nas abordagens de gestão dos recursos naturais e instrumentos fundiários, já que os sistemas de gestão de comunidades não *Adat* frequentemente têm como premissa o acesso individual. Esta diferença é mais significativa no contexto dos direitos reconhecidos nas Propriedades Florestais Nacionais (*kawasan hutan*) da Indonésia, em que direitos condicionais e com prazos determinados são concedidos a indivíduos e cooperativas por meio do programa florestal compartilhado. Essas opções de posse e gestão são mais aplicáveis para comunidades não *Adat*, enquanto que áreas de gestão florestal indígena (*hutan Adat*) se baseiam no reconhecimento do governo de direitos locais coletivos que não

[7] Banco Mundial, *Strengthening Rights and Economies of Adat and Local Communities* (P156473), *Integrated Safeguards Data Sheet*, 23 de novembro de 2015

estão sujeitos a condições e prazos determinados. As definições de povos indígenas e comunidades locais pelo DGM Indonésia estão projetadas para acomodar variações nas categorizações oficiais do Governo da Indonésia, fornecer acesso inclusivo ao DGM, e deixar a autoidentificação como povos indígenas ou comunidades locais a cargo das comunidades qualificadas para o Projeto.

Objetivos

Os objetivos do Projeto DGM Indonésia envolvem o fortalecimento do envolvimento de *Adat* e comunidades locais em processos para definir a propriedade de terras florestais e aumentar seu acesso a oportunidades de geração de renda baseadas em recursos naturais.

O Projeto tem três componentes:

- Fortalecer a segurança fundiária
- Fortalecer a capacidade dos PICLs de melhorar seu bem-estar econômico
- Manejo, monitoramento e avaliação de Projeto

O DGM Indonésia está projetado para fornecer aos PICLs um mecanismo de financiamento e aprendizado para iniciativas baseadas em demanda. A capacidade institucional dos PICLs será fortalecida por meio da gestão de iniciativas de sua escolha, financiadas por doações. Na Indonésia, essas iniciativas financiadas por doações estão projetadas para (1) auxiliar na identificação de PICLs e seus direitos à propriedade das terras e (2) fortalecer os direitos territoriais, com foco nos cobenefícios da propriedade das terras, incluindo, mas não se limitando, à subsistência e a gestão sustentável das florestas.

Partes Interessadas e Beneficiários

As comunidades, como beneficiários do projeto, são as principais partes interessadas do projeto. Os governos local e central são portadores de deveres e partes interessadas que têm papéis importantes para assegurar os direitos das comunidades. OSCs são também partes interessadas que têm papéis como catalisadoras e facilitadores na capacitação das comunidades para reivindicar e defender seus direitos.

12.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

Na Indonésia, a Câmara Comunitária do Conselho Florestal Nacional (DKN – *Dewan Kehutanan Nasional*) facilitou o processo de seleção de membros do NSC. De março a junho de 2014, 7 reuniões regionais foram realizadas com PICLs para selecionar um representante de cada região. Adicionalmente, dois membros foram selecionados durante a Reunião Nacional para Mulheres Indígenas e Comunidades Locais, trazendo o número total de

representantes do NSC para nove (dos nove membros, cinco representam PIs e quatro representam CLs; quatro dos membros são mulheres). O NSC tem dois observadores, um representando o DKN (Conselho Florestal Nacional) e um representando o governo.

A primeira reunião do NSC foi realizada em julho de 2014. O NSC se reuniu em dezembro de 2014 para definir o processo de seleção para a NEA. De janeiro a junho de 2015 foi realizada uma chamada de propostas e sua revisão, e o Instituto Samdhana foi selecionado em junho de 2015 com o anúncio formal ocorrendo em agosto de 2015. Durante o período do último relatório, o Samdhana trabalhou com o Banco Mundial em atividades de preparação para o Projeto e também enviou e recebeu uma carta de não objeção do Ministério do Meio Ambiente e Florestas do Governo da Indonésia em dezembro de 2015. Tanto a seleção da NEA como o processo de preparação do Projeto de País duraram mais tempo que o previsto, o que atrasou a assinatura do contrato de NEA.

A concepção do projeto está ainda em desenvolvimento, e é um componente chave para completar o Documento de Avaliação do Projeto (PAD). O NSC e o TTL do Banco Mundial esperam ter aprovado o Projeto dentro do período do próximo relatório. O TTL informará o NSC sobre a data esperada de aprovação após examinar documentos disponíveis que dão apoio ao desenvolvimento do PAD e consultar a equipe dentro do Banco Mundial.

12.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório

Um acordo entre o Banco Mundial e o Samdhana foi assinado para repassar uma doação para preparação do projeto de US$ 175000, para apoiar as atividades durante a fase de preparação. Com esse financiamento, o Samdhana deu apoio à realização de duas reuniões do NSC e a progressos na concepção do Projeto. Três membros do NSC reuniram-se com a equipe do Banco Mundial para discutir a concepção do Projeto, com foco no Objetivo de Desenvolvimento do Projeto, em áreas prioritárias e salvaguardas. Uma reunião de acompanhamento foi organizada em abril para que todos os membros do NSC revisassem a concepção de Projeto proposta. Durante essa reunião, o NSC desenvolveu o quadro lógico e a direção estratégica do Projeto. Ambos os documentos servirão como direções críticas do NSC à Samdhana no planejamento da implementação do Projeto, incluindo os recursos humanos e objetivos. Ambos os documentos foram enviados ao Banco Mundial como fontes chave para o desenvolvimento do PAD. Dois consultores ajudaram o NSC a fazer um ajuste fino no quadro lógico e transformar a direção estratégica no conceito de Projeto. Os consultores também se reuniram com a equipe do Banco Mundial para conciliar as expectativas do NSC e as exigências do Banco Mundial. Em junho de 2016, uma equipe da Indonésia, incluindo dois membros do NSC, um representante do Samdhana e um representante do Banco Mundial visitaram o Peru e o Brasil para aprender sobre: modelos para fornecer aos

povos indígenas e comunidades locais maior segurança na propriedade de terras florestais e gestão sustentável de recursos de forma respeitosa às culturas tradicionais (p.ex. reservas extrativistas; RESEX no Brasil); ligações com o FIP; e implementação do DGM (ver foto na Figura 5). O apoio financeiro e logístico para esse intercâmbio foi fornecido pelo Banco Mundial. Um vídeo sobre o intercâmbio (em língua Indonésia) pode ser visto aqui: https://www.youtube.com/watch?v=MQROFF4jsxQ.

Figura 5.O NSC e a NEA do DGM Indonésia participaram de um intercâmbio com o Brasil e o Peru. Aqui, eles se encontram com membros da comunidade indígena Santa Rosa, no Peru.

Mecanismo de Reclamações

Sem informações para este período.

12.4. Desafios e Problemas Encontrados

O NSC enfrentou desafios consideráveis levando a atrasos no recrutamento de consultores. A disponibilidade de consultores sobre gênero e ESMF com experiência nos padrões de programação do Banco Mundial era limitada. Aqueles que estavam disponíveis propuseram períodos de serviço e taxas diárias para seu trabalho mais altas que as orçadas. Para superar esses desafios, o Samdhana utilizou as mídias sociais para ajudar na busca por consultores. Além disso, o Samdhana consultou o Banco Mundial para fazer uma revisão do plano de compras.

12.5. Atividades Futuras

O Samdhana planeja dar apoio a três grandes atividades do NSC no período do próximo relatório:

- Conclusão da concepção do projeto - incluindo direção estratégica, componentes do projeto, cobertura geográfica, áreas prioritárias, quadro lógico (PDO, indicadores, atividades e alvos), recursos humanos e orçamento, descrevendo as atividades para cada componente. Isso será realizado por meio de uma reunião do NSC agendada para agosto de 2016.
- Aprovação do NSC para o PAD. O NSC exige uma revisão final antes que o PAD seja submetido ao Banco Mundial para aprovação.
- Validação e sensibilização do Projeto. Após a aprovação do PAD pelo NSC, cada membro do NSC compartilhará a concepção do projeto com seus ou suas "constituintes" - aqueles que participaram da reunião regional de PICLs. Membros do NSC fornecerão informações sobre foco estratégico do Projeto, sua cobertura geográfica, áreas prioritárias, o processo para ter acesso a recursos e os critérios que o DGM Indonésia aplicará para a seleção de subprojetos.

13. México

DGM México reunindo-se para a seleção de um subcomitê regional para a Península de Iucatã

13.1. Visão Geral do Projeto DGM México

Contexto

Florestas cobrem cerca de um terço do território do México, e representam uma fonte de subsistência essencial para cerca de 12 milhões de pessoas no país. Setenta por cento das florestas mexicanas são governadas como *ejidos*, um sistema de propriedade comunitário único do México. Sabe-se que, além de ter importante papel econômico e social, as florestas do México contêm também um dos maiores níveis de biodiversidade no mundo. O México é um líder reconhecido em gestão florestal, com mais de 2000 comunidades gerindo suas florestas de acordo com um plano aprovado. Práticas de gestão territorial não sustentáveis, como extração de madeira, pastoreio florestal, coleta de lenha e queimadas, ameaçam as florestas mexicanas. Além disso, as mudanças climáticas e a variabilidade climática trazem maior incerteza, particularmente em termos da segurança alimentar, e têm o potencial de exacerbar as ameaças às florestas do México. Com base em recomendações na Estratégia Nacional de REDD+ do México, o DGM México visou grupos de PICLs em três sub-regiões: Península de Iucatã, Oaxaca e Jalisco.

Objetivos

O DGM México apoiará diálogos e processos participativos com grupos de partes interessadas, como delineado na Estratégia Nacional de REDD+ para o México. Embora objetivos específicos do Projeto de País para o Projeto DGM México ainda tenham que ser definidos, os seguintes elementos estão sendo discutidos:

- Geração de sistemas de financiamento para apoiar ações de prevenção ao desmatamento e à degradação florestal
- Fortalecimento das organizações e cooperativas que apoiam atividades de baixa emissão de CO_2Fortalecimento e capacitação (administrativa e técnica) de comunidades e organizações sociais
- Monitoramento, comunicação e avaliação para mensurar e relatar o progresso e as realizações dentro do DGM e para audiências externas
- Revisão do quadro legal e institucional e desenvolvimento de propostas para melhorar políticas e programas nos setores envolvidos no DGM, através de processos participativos.

Os componentes sendo considerados para o Projeto DGM México incluem:

Componente 1 - Mecanismos de financiamento para gestão florestal comunitária (aproximadamente US$ 3,6 milhões)

Este componente incluiria um fundo rotativo e capital semente para apoiar a implementação de projetos baseados nas necessidades das comunidades para gerir terras comunais, relacionados às seguintes áreas:

- Evitar desmatamento e degradação florestal por meio do manejo florestal sustentável
- Proteção dos serviços ecossistêmicos
- Manutenção e melhoria de áreas florestadas como sumidouros de carbono
- Colheita sustentável de madeira e produtos florestais não madeireiros
- Sistemas de agricultura com baixa produção de carbono
- Desenvolvimento e fortalecimento de empreendimentos florestais comunitários utilizando métricas sociais e administrativas apropriadas

Componente 2: Capacitação e suporte institucional (aproximadamente US$ 1,5 milhão)

Este componente daria suporte à capacitação para fortalecer habilidades de gestão e os conhecimentos técnicos em gestão florestal comunitária por meio de:

- Fornecimento de treinamento e orientações sobre avanços tecnológicos para comunidades e agricultores
- Desenvolvimento de redes para compartilhamento de conhecimentos entre povos dependentes das florestas e empreendimentos florestais comunitários
- Apoio a estratégias para comunicar progresso e resultados do projeto, e para identificar e divulgar lições aprendidas a audiências internas e externas
- Promoção de oportunidades para compartilhar experiências e melhores práticas relacionadas a REDD+ entre membros da mesma comunidade e entre diferentes comunidades

Componente 3: Gestão, monitoramento e avaliação (aproximadamente US$ 0,9 milhão)

Este componente daria apoio a atividades que aumentam a capacidade de povos indígenas e comunidades locais para monitorar, supervisionar e avaliar atividades do projeto. Este componente também cobriria custos incrementais incorridos pela NEA para a implementação de subprojetos.

13.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

O NSC do DGM México é composto de 15 representantes (13 homens e 2 mulheres), 5 de cada Subcomitê regional formado nas três regiões foco de Jalisco, Oaxaca e Península de Iucatã. Dentro do NSC, formou-se uma

secretaria Técnica (ou comitê executivo) composta por cinco membros do NSC. Cada Subcomitê Regional tem papel chave de tomada de decisão, e dará apoio ao NSC do DGM México contribuindo para o planejamento, a implementação e o monitoramento de atividades em suas respectivas regiões com base em planos de trabalho conjuntamente acordados com o NSC. Regras e procedimentos internos do NSC estão atualmente em elaboração, bem como seus princípios, critérios e diretrizes operacionais. O NSC está trabalhando para desenvolver Termos de Referência para escolher a NEA.

13.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório

No México, as atividades do período estiveram relacionadas à preparação e ao estabelecimento do projeto do NSC. As três principais realizações foram:

- Estabelecimento do NSC por meio de um processo de seleção participativo que inclui povos indígenas e comunidades locais das três regiões alvo (Jalisco, Oaxaca e Península de Iucatã)
- Criação de três Subcomitês regionais incluindo representantes de povos indígenas e comunidades locais das três regiões. Esses Subcomitês são órgãos subsidiários do NSC em ações relacionadas ao planejamento, à implementação e ao monitoramento de atividades do DGM.
- Conscientização sobre o desenvolvimento de modelos de financiamento alternativos para fortalecer iniciativas sociais, econômicas e ambientais.

Mecanismo de Reclamações

Sem informações para este período.

13.4. Desafios e Problemas Encontrados

O intenso processo de consultas que precedeu a formação do DGM no México gerou expectativas sobre o DGM como uma oportunidade de tratar desafios levantados por vários grupos sociais no país por muito tempo..

Isso foi abordado em parte por meio do estabelecimento de três Subcomitês Regionais que incluem representantes de PICLs das três regiões alvo. Os Subcomitês Regionais são fundamentais para a concepção do NSC, já que esses são os espaços onde as decisões são tomadas no nível de cada uma das regiões onde o DGM atua.

13.5. Atividades Futuras

No período do próximo relatório o DGM México organizará cinco reuniões entre membros do NSC e comunidades, organizações sociais, representantes dos Conselhos Consultivos Técnicos de REDD+ nas três regiões focais e representantes do Conselho Consultivo de Povos Indígenas, que promove a Comissão para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas.

As atividades de implementação planejadas para o período do próximo relatório incluem:

- Desenvolver ToRs para a elaboração do Manual de Procedimentos Operacionais do Projeto
- Reunião da Secretaria Técnica do DGM México
- Reuniões dos três Subcomitês Regionais
- Reunião do NSC

14. Moçambique

Membros do comitê interino do DGM Moçambique participam de um intercâmbio de conhecimentos sul-sul no Brasil, em maio de 2016

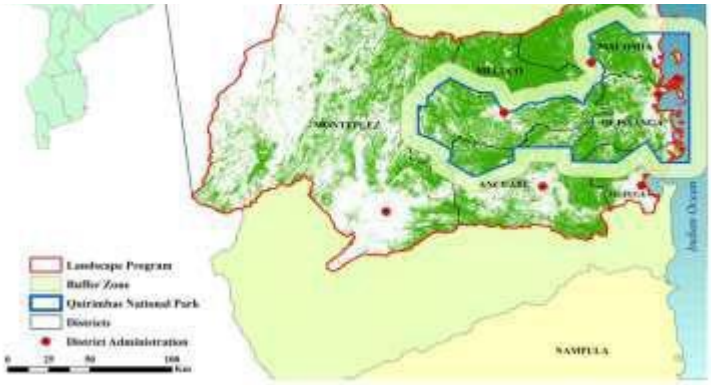
14.1. Visão Geral do Projeto DGM Moçambique

Contexto

No contexto moçambicano, uma comunidade local é um grupo de famílias e indivíduos vivendo em uma área territorial no nível local projetada para resguardar interesses comuns protegendo moradias, áreas agrícolas (cultivadas ou em pousio), florestas, sítios de importância cultural, pastos, fontes de água, áreas de caça, e o desenvolvimento. Por motivos socioculturais e políticos, o termo "indígena" não é aplicável a Moçambique (Lei de Terras , Lei nº 19/97 de 1º de Outubro, artigo 1).

Em Moçambique, as prioridades para financiamento do FIP foram identificadas com base nas principais causas de desmatamento e degradação florestal, como indicado na Estratégia Nacional de REDD+ e no FIP. O FIP e projetos do DGP serão implementados em 14 distritos, incluindo 7 de Cabo Delgado (Norte de Moçambique) e 7 de Zambézia (centro de Moçambique).

Cabo Delgado (norte de Moçambique)



Área total: 913000 hectares (7 distritos)
População: 160000 (48% abaixo da linha da pobreza)
Taxa de desmatamento: 0,31% (5522 hectares por ano)
Distritos abrangidos: Ancuabe, Macomia, Metuge, Quissanga, Meluco, Montepuez e Ibo.

Figure 7a Mapa de Cabo Delgado

Zambézia (centro de Moçambique)

Área total: 3,8 milhões de hectares (7 distritos), dos quais ***59%*** são cobertos por florestas.
População: 1,2 milhão (70% abaixo da linha da pobreza).
Taxa de desmatamento: 0,80% (18.000 hectares por ano).
Distritos abrangidos: Gile, Ile, Pebane, Alto Molocué, Maganja da Costa, Mocubela e Mulevala.

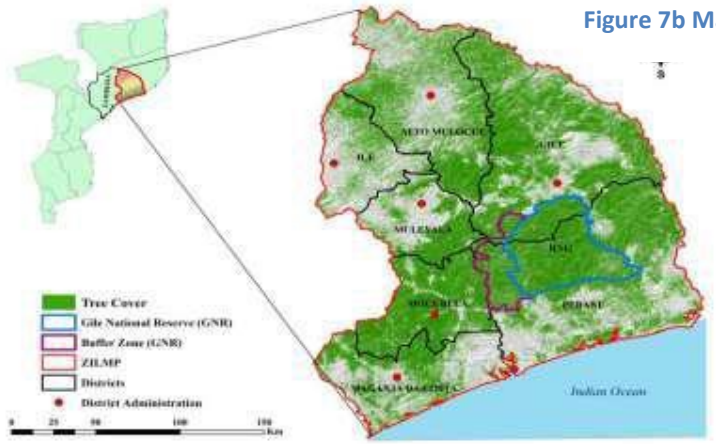


Figure 7b Mapa da Zambézia

Objetivos

O FIP tem dois níveis de atividade: (i) nível nacional, focado em reformas políticas e legais, governança e capacitação para criar condições para mudanças positivas; e (ii) nível da paisagem, focado em implementar atividades localmente em áreas geográficas específicas (Cabo Delgado e Zambézia) e no setor privado.

O objetivo do DGM de Moçambique é aumentar a capacidade das comunidades locais para participarem na gestão sustentável das florestas e de terras nas áreas de implementação do FIP, e em processos de REDD+ em nível local, nacional e global. A Nota sobre o Conceito do Projeto está sendo discutida.

Os componentes do Projeto DGM Moçambique são:

Componente 1: Capacitação e Fortalecimento para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Este componente financiará a capacitação de comunidades e organizações comunitárias em todo o país. As atividades visarão melhorar o conhecimento e a experiência das comunidades quanto às mudanças climáticas e à gestão e planejamento florestais, e também desenvolver as habilidades de gestão de recursos dos membros das comunidades. As atividades também vão promover o compartilhamento das lições aprendidas entre comunidades quanto a sua participação no FIP, na REDD+ e em processos de tomada de decisão relacionados às mudanças climáticas nos níveis local e nacional. Comunidades e organizações comunitárias em todo o país estão qualificadas para propor atividades dentro deste Componente.

Componente 2: Promoção de Iniciativas Sustentáveis de Comunidades Locais

Subcomponente 1: Iniciativas Sustentáveis de Comunidades Locais

Este subcomponente dá apoio a comunidades locais e organizações comunitárias para implementar subprojetos através de doações. Os subprojetos cobrem áreas de políticas que contribuem direta ou indiretamente para a redução do desmatamento ao mesmo tempo em que melhoram a subsistência local. Somente comunidades e organizações comunitárias nas províncias de Zambézia e Cabo Delgado estarão qualificadas para propor atividades neste Componente, de forma alinhada ao FIP.

Subcomponente 2: Assistência Técnica aos Donatários

Independentemente do tipo de atividade, todos os donatários estarão qualificados para receber assistência e suporte técnico por toda a duração de seus respectivos subprojetos. Este subcomponente financiará treinamento técnico no local nos setores dos subprojetos selecionados, e será adaptado com base nas necessidades dos donatários durante o período de implementação dos subprojetos.

Componente 3: Manejo, Monitoramento, Avaliação, Comunicação e Salvaguardas dos Projetos

Este componente financiará os custos incrementais incorridos pela NEA para cumprir suas responsabilidades, incluindo, entre outros: (i) atuação como secretaria do NSC; (ii) garantir a

coordenação técnica do projeto, bem como monitoramento e avaliação; (iii) emissão de relatórios ao Banco mundial e o GSC do DGM; (iv) garantir a boa gestão financeira dos contratos e auditoria do Projeto; (v) projetar e operar o Mecanismo de Queixas e Reclamações; (vi) supervisar a implementação de subprojetos e avaliar seus resultados; e (vii) garantir que a comunicação, consultas públicas e atividades de conscientização sejam realizadas de forma apropriada. Este componente também financiará estudos, o desenvolvimento do Manual de Procedimentos Operacionais do Projeto, viagens, e aquisições limitadas de equipamento para atividades de escritório e monitoramento.

Partes Interessadas e Beneficiários

No estágio presente, as principais partes interessadas no projeto são comunidades locais, o setor privado, OSCs, e o governo. Com base nas discussões atuais, espera-se que os beneficiários diretos na fase de preparação sejam membros das comunidades e mulheres de zonas rurais que participarão de programas de treinamento para dar apoio a sua inclusão no programa. As comunidades serão representadas pelos Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRN), e as mulheres de áreas rurais serão representadas pelo Movimento Moçambicano das Mulheres Rurais (MMMR), que se identificam como associações moçambicanas de direitos das mulheres (de todas as províncias do país) que atuam em agricultura, pecuária, turismo, artesanato, processamento de produtos agrícolas, mineração, pesca ou atividades relacionadas.

14.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

A partir de setembro de 2015, diversas consultas públicas regionais foram realizadas em todo o país para selecionar representantes regionais para um comitê interino, conhecido como Grupo de Trabalho DGM (GT-DGM). Participaram dessas consultas um total de 270 pessoas, entre as quais 33% eram mulheres. A Figura 8 mostra a distribuição dos participantes de acordo com seus setores.

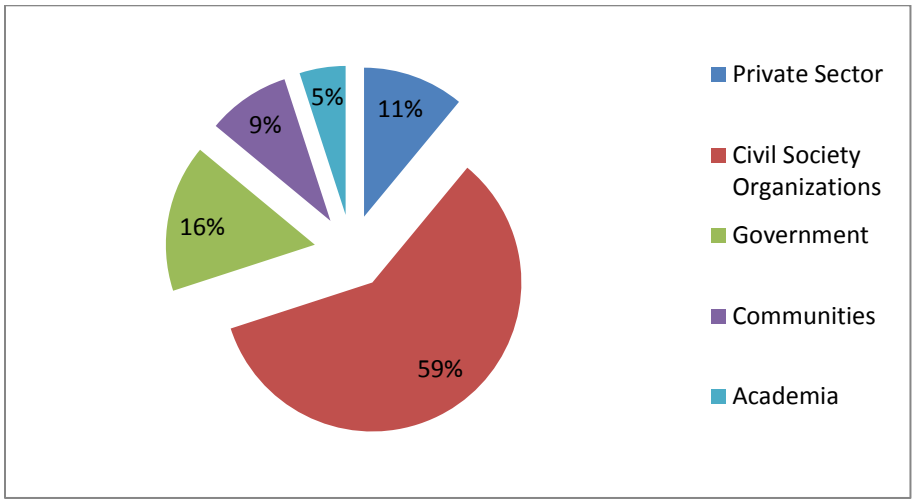


Figura 8. Distribuição por categoria dos participantes de consultas públicas regionais para apresentar o DGM e selecionar representantes para o comitê interino (GT-DGM).

O comitê interino realizou reuniões regulares para desenvolver diretrizes para a implementação do DGM em Moçambique. Um fórum online foi criado para membros do comitê interino, convidados e observadores (Banco Mundial e UT-REDD) para facilitar discussões e contribuições e para promover velocidade, transparência e harmonia no processo de consultas.

O comitê interino recomendou que o NSC incluísse 17 membros, incluindo ao menos 5 mulheres. A composição sugerida inclui: comunidade (6), sociedade civil (5), movimentos de gênero e de jovens (2), governo (2 observadores), Banco Mundial (1 observador), coordenação do FIP (1 observador). Os representantes das comunidades no NSC serão escolhidos pelo CGRN, e representantes da sociedade civil serão escolhidos por meio de um processo de votação baseado em critérios determinados pelo comitê interino. Os representantes do Governo e do Banco Mundial serão definidos por indicação, por meio de cartas-convite às respectivas instituições. Além disso, acordou-se que as OSCs ativas na gestão sustentável de recursos naturais e na participação efetiva das comunidades locais nas áreas geográficas onde o projeto será implementado devem estar representadas no NSC.

14.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório

Durante o período do relatório, as atividades em Moçambique se focaram na fase de preparação. Elas incluíram:

- Definição da composição do NSC proposta
- Componentes do Projeto para o DGM Moçambique propostos
- Envio de proposta para a criação de um fórum online para membros do comitê interino e observadores convidados (Banco Mundial e governo através do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural - MITADER, representado pelo Departamento de Gestão Comunitária e pelo UT-REDD+). Esse fórum apoiará consultas do DGM, permitindo discussões e contribuições sobre itens relevantes (p.ex. Nota sobre o Conceito do Projeto DGM Moçambique)
- Sob a organização do FIP e do DGM, membros do comitê interino participaram em maio de 2016 de um intercâmbio de conhecimentos sul-sul no Brasil para compartilhar aprendizados e expandir conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas e para discutir iniciativas sendo realizadas no Brasil que podem ser replicáveis em Moçambique no

futuro. Um vídeo sobre essa experiência pode ser encontrado em: https://www.youtube.com/watch?v=RqNWE52cOKQ

Mecanismo de Reclamações

Sem informações para este período.

14.4. Desafios e Problemas Encontrados

Um dos maiores desafios encontrados durante esse período foi chegar a um consentimento sobre a estrutura e a composição do comitê interino, incluindo a decisão sobre a representação das comunidades.

Outros desafios identificados nessa etapa foram:

- Gerenciamento das expectativas no processo de divulgação de informação e engajamento das comunidades
- O foco na fraqueza organizacional (falta de preparo) para implementar projetos do DGM que acompanha as atividades iniciais necessárias no complexo processo do DGM
- Identificação de localidades nas áreas de implementação do projeto, definição de subprojetos elegíveis, e desenvolvimento de mecanismos para garantir a sustentabilidade do Projeto.

Para lidar com esses desafios, o DGM Moçambique:

- Recomendou a inclusão do CGRN como representante das comunidades no NSC
- Criou um fórum online para facilitar discussões e contribuições às diretrizes de concepção do Projeto DGM de forma rápida, transparente e harmoniosa

14.5. Atividades Futuras

- Treinar representantes do CGRN e do MMMR nos conceitos e processo do DGM
- Realizar a quarta reunião do comitê interino
- Desenvolver e validar o Documento de Avaliação do Projeto
- Identificar candidatos para a NEA de Moçambique
- Elaborar diretrizes sobre gênero e grupos vulneráveis dentro do DGM
- Identificar localidades para subprojetos

- Preparar e disseminar a estratégia de comunicação para o DGM Moçambique, incluindo locais de produção e radionovelas para inclusão em rádios comunitárias

15. Peru

15.1. Visão Geral do Projeto DGM Saweto Peru

Contexto

A Amazônia peruana tem mais de 73 milhões de hectares de floresta, e o Peru é um dos 12 países megadiversos do planeta. Perto de 15 milhões de hectares dessa paisagem crucial pertencem a ou são geridas pelas aproximadamente 2250 comunidades indígenas que vivem na Amazônia, embora os direitos dos povos indígenas a grande parte dessa terra não tenham sido reconhecidos legalmente. O desmatamento no Peru gera cerca de metade das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do país, e o FIP do peru identifica a expansão agrícola, megaprojetos e a construção de estradas para exploração madeireira ilegal como as principais causas do desmatamento. Enquanto a maior parte do desmatamento ocorre em áreas sem direitos a terra atribuídos legalmente, reservas territoriais - incluindo terras indígenas e áreas protegidas - têm taxas de desmatamento menores.

Objetivos

O DGM Saweto Peru visa "oferecer apoio a povos indígenas em comunidades específicas na Amazônia peruana na tentativa de melhorarem as práticas de gestão florestal sustentável". Por meio dos dois principais Componentes do Projeto, titulação de terras e gestão florestal comunitária, o DGM Saweto Peru espera fazer uma contribuição significativa à redução do desmatamento e da degradação na Amazônia ao mesmo tempo em que aumenta a capacidade das comunidades indígenas de gerir suas terras e seus recursos. O Projeto inclui um terceiro componente relacionado à governança e à sustentabilidade, que inclui serviços de secretariado ao NSC do Peru, assistência técnica a agências executivas locais, monitoramento e emissão de relatórios. O projeto tem os seguintes resultados esperados:

- Reconhecimento e registro de 310 comunidades nativas (Povos Indígenas da Amazônia) no Registro Nacional de Comunidades Nativas;
- Emissão de títulos de 130 comunidades nativas, para estabelecer a localização geográfica e limites físicos das terras de cada comunidade nativa e registrar o título formalmente com entidades nacionais e subnacionais; e

- Realizar 75 subprojetos de agroflorestas, segurança agrícola, produtos não madeireiros e atividade madeireira de pequena escala realizados por federações indígenas e organizações localizadas nas regiões amazônicas.

O projeto tem três componentes:

Componente 1: Titulação de Terras Nativas na Amazônia (US$ 2,6 milhões), que inclui dois subcomponentes:

Subcomponente 1.1 - Reconhecimento e Registro. Esta atividade dará suporte ao registro de povos indígenas e comunidades nativas (PICNs[8]) no Registro Nacional de Comunidades Nativas, através de (i) fornecimento de assistência técnica e legal aos PICNs; e (ii) financiamento de subprojetos selecionados e custos operativos relacionados das organizações de PICNs.

Subcomponente 1.2 - Demarcação e Titulação. Esta atividade financiará o processo de demarcação e titulação de terras que estabelece a localidade geográfica e os limites físicos das terras de cada comunidade nativa e registra o título formalmente para pelo menos 130 comunidades nativas, representando ao menos 780000 hectares.

Componente 2: Gestão Florestal Indígena (US$ 1,6 milhão). Este Componente dará suporte à realização de subprojetos de agroflorestas, segurança agrícola, produtos não madeireiros e atividades madeireiras por organizações de PICNs localizadas em comunidades selecionadas na região amazônica.

Componente 3: Governança e Sustentabilidade (US$ 1,3 milhão). Este Componente dará apoio à governança geral do DGM e à administração diária e gestão financeira dos recursos do DGM.

Partes Interessadas e Beneficiários

As principais partes interessadas foram identificadas como povos indígenas, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, o Vice-ministério da Cultura, o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP), o Serviço Nacional Florestal (SERFOR), governos regionais (10), e ONGs locais com atividades nas áreas do projeto.

Os beneficiários diretos são os membros das cerca de 2250 comunidades indígenas nas regiões alvo na Amazônia, incluindo um grupo relevante de mulheres que liderarão um total de 24 subprojetos relacionados ao manejo florestal comunitário.

[8] O Peru definiu os beneficiários qualificados como sendo apenas comunidades indígenas e nativas; comunidades não indígenas estão excluídas.

15.2. Estabelecimento do NSC e da NEA, e Aprovação do Projeto

O NSC do DGM Saweto Peru inclui cinco membros de cada uma de duas organizações indígenas amazônicas nacionais: a Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDESP) e a Confederação de Nacionalidades Amazônicas do Peru (CONAP). O NSC de dez membros foi estabelecido em 2013 junto com seu estatuto social, e inclui oito representantes de PIs e dois representantes que estão na equipe técnica de organizações indígenas. Um membro do NSC é uma mulher. O Projeto DGM Saweto Peru foi resultado de trabalhos conjuntos entre o NSC, o Banco Mundial e líderes das organizações regionais dos locais onde o projeto será implementado. O Subcomitê FIP aprovou o projeto em maio de 2015 e a Diretoria do Banco Mundial o aprovou em setembro de 2015. O Projeto entrou em efeito em novembro de 2015. A NEA, Fundo Mundial para a Natureza (WWF) Peru, foi selecionada pelo NSC em 2014, e um contrato entre a WWF Peru e o Banco Mundial foi assinado em setembro de 2015.

O NSC do Peru definiu Medidas de Implementação do Projeto específicas. O Projeto DGM Saweto Peru será implementado por meio de representantes das 18 organizações indígenas regionais e federações que servirão como 18 agências executivas locais, ou intermediários de projeto. A WWF Peru estabelecerá acordos de execução com esses 18 intermediários de projeto e fornecerá apoio administrativo e assistência técnica na preparação de propostas "mestre" de subprojetos. A WWF Peru trabalhará diretamente com as organizações regionais para revisar e concluir as propostas, para garantir que elas sejam consistentes com os padrões adotados, e então as enviará formalmente ao NSC para revisão e aprovação final. O NSC contratará dois especialistas técnicos durante o período de revisão para garantir que as propostas contribuem aos objetivos e indicadores do Projeto DGM e são tecnicamente sólidas. O NSC monitorará o progresso para atingir a meta de gênero do DGM Saweto Peru. O Projeto tem grande foco nos subprojetos propostos por ou geridos principalmente por mulheres.

15.3. Progresso da Implementação durante o Período do Relatório

Divulgação do Projeto DGM Saweto Peru com diversas audiências no nível regional. Seis oficinas regionais foram realizadas para divulgar o Manual de Procedimentos Operacionais do Projeto DGM Saweto Peru para os 18 intermediários de projeto. Durante essas reuniões foram apresentados e discutidos também o Mecanismo de Queixas e Reclamações e a Política de Conflitos de Interesse. Após essas oficinas, os 18 intermediários realizaram assembleias comunitárias ou subnacionais para (i) socializar o Projeto DGM Saweto Peru, (ii) confirmar os representativos intermediários do projeto das comunidades no Projeto DGM Saweto Peru, (iii) selecionar as iniciativas a serem enviadas para

financiamento pelo DGM Saweto Peru, e (iv) confirmar o compromisso dos membros da comunidade de dar apoio e fornecer contribuições em espécie ao Projeto DGM.

Figura 9. Seis oficinas regionais realizadas entre janeiro e março de 2016.

Figura 10. Fotografias de 2 das 18 assembleias locais realizadas entre março e junho de 2016.

Articulação do DGM Saweto Peru com agentes estatais nos níveis nacional e regional. Tanto o NSC como intermediários de projeto realizaram reuniões formais com membros do Escritório Regional Agrário (*Dirección Regional* Agraria - DRA), o órgão responsável por emitir títulos de terra no nível regional. O DGM Saweto Peru já realizou reuniões formais que resultaram em acordos formais com cinco dos oito governos regionais, incluindo: Loreto, Ucayali, San Martín, Amazonas, Satipo/Junín. O DGM também realizou reuniões preliminares com o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) e o Ministério da Agricultura (MINAGRI), com quem o DGM começou a identificar potenciais atividades complementares, incluindo a realização de treinamentos sobre diretrizes e protocolos para a titulação de terras e o reconhecimento das comunidades.

Figura 11. Reuniões entre membros do DGM e os governos regionais de Amazonas e Satipo.

Avaliação das capacidades dos intermediários de projeto em gestão administrativa e financeira. A WWF avaliou as capacidades administrativas dos intermediários de projeto para organização, execução e emissão de relatórios. Além disso, a WWF avaliou o cumprimento pelos intermediários de projeto das exigências legais para acessar fundos do DGM, incluindo as identificações de contribuintes, procedimentos contábeis para registro de gastos, contas bancárias, entre outros. Como mostrado na tabela 2, 10 dos 18 intermediários de projeto estão agora habilitados para receber financiamento, enquanto os demais estão ainda completando as exigências mínimas.

Tabela 2. Avaliação financeira dos intermediários de projeto no DGM Saweto Peru

Region	Intermediary	Completed Level 1	Accounting of Funds Received	Quality of Accounting
YURIMAGUAS	OCCAAM	🟢	N/A	N/A
	ORPIAN-P	🟢	🟢	🟢
	CODEPISAM	🔴	🟢	🟢
	CORPI-SL	🟢	🟢	🟢
IQUITOS	FEMIAL	🔴	N/A	N/A
	FEPIBAC	🟢	🔴	N/A
	ACONAKKU	🔴	🟢	🟢
	ORPIO	🟢	🟢	🟢
UCAYALI	UCIFP	🔴	N/A	N/A
	CORPIAA	🟡	🟢	🟢
	FECONADIC	🔴	N/A	N/A
	ORAU	🟢	🟢	🟢
SELVA CENTRAL	OCAM	🟢	🟢	🟢
	CART	🟢	🟢	🟢
	FECONACA	🔴	N/A	N/A
	ARPI	🔴	🟢	🟢
CUSCO	COMARU	🟢	🟢	🟢
MADRE DE DIOS	FENAMAD	🟢	N/A	N/A

Apresentação e aprovação de 33 subprojetos sobre reconhecimento de comunidades, titulação de terras e gestão florestal comunitária. O NSC realizou duas reuniões (24-25 de maio e 29 de junho - 2 de julho) para avaliar e selecionar subprojetos. A "chamada de subprojetos 2016" foi fechada em 4 de junho. Cada um dos 18 intermediários de projeto enviou uma proposta mestre. No total, essas incluíram 13 subprojetos sobre o reconhecimento legal de comunidades como indígenas, 10 subprojetos de titulação de terras, e 10 subprojetos de gestão florestal comunitária. A Tabela 2 fornece informações mais detalhadas sobre as propostas. Esses 33 subprojetos foram aprovados durante o período do relatório. O orçamento final está ainda em revisão e nenhum subprojeto havia iniciado sua implementação durante o período do relatório. Os implementadores de projeto, incluindo líderes indígenas e suas equipes técnicas, receberam treinamento sobre o Mecanismo de Queixas e Reclamações do DGM e salvaguardas do Banco Mundial.

Tabela 3. Total de subprojetos do DGM Saweto Peru recebidos durante 2016

		Subprojects - 2016 call				
Region	**Project Intermediaries**	**Community Recognition**	**Communty land titling**	**Community Forest Managment projects**		**No. Of communities**
				No. Of subprojects	**No. Of communities**	
Amazonas	OCCAAM	2	2	1	4	8
	ORPIAN	1	2			3
	Subtotal Amazonas	**3**	**4**	**1**	**4**	**11**
San Martin	CODEPISAM	12	4			16
	Subtotal San Martín	12	4	0	0	16
Loreto	ACONAKKU	3	3			6
	FEPIBAC	1	2	1	1	4
	CORPI	63				63
	ORPIO	43	3			46
	FEMIAL			1	1	1
	Subtotal Loreto	**110**	**8**	**2**	**2**	**120**
Selva Central	ARPI	7	3			10
	CART			1	15	15
	FECONACA	2				2
	OCAM			1	2	2
	Subtotal Selva Central	**9**	**3**	**2**	**17**	**29**
Ucayali	CORPIAA	4	5			9
	FECONADIC			1	4	4
	ORAU	9	1			10
	UCIFP	1	1	1	1	3
	Subtotal Ucayali	**14**	**7**	**2**	**5**	**26**
CUSCO	COMARU			1	1	1
MDD	FENAMAD	1		2	4	5
	Number of Communities	**149**	**26**	**-**	**33**	**208**
	Number of suprojects	**13**	**10**	**10**	**-**	**33**

Mecanismo de Reclamações

Nenhuma queixa foi recebida durante o período de referência.

Materiais de Comunicação

Durante as reuniões com as partes interessadas, o NSC e os intermediários de projeto utilizaram materiais preparados no ano anterior, incluindo:

- Um documento de melhores práticas (em inglês e espanhol) explicando o processo de concepção do DGM Saweto Peru, também divulgado em fóruns internacionais, como os eventos paralelos da CQNUMC COP21.
- Uma ficha informativa de duas páginas (em inglês e espanhol) resumindo informações chave sobre o DGM Saweto Peru. A versão em inglês foi divulgada na CQNUMC COP21, enquanto que a versão em espanhol foi compartilhada no nível local com grupos indígenas e outras partes interessadas.

15.4. Problemas e Desafios

Diversas questões foram abordadas durante este período:

- Ajuste do Manual de Procedimentos Operacionais do Projeto. Alguns modelos e procedimentos necessitavam de modificações para simplificar e reduzir a burocracia no processo de concepção e seleção de subprojetos.
- Ajuste das metas do primeiro ano do projeto. Durante as seis oficinas regionais com os dezoito intermediários de projeto, notaram-se restrições para atingir as metas do primeiro ano, incluindo a falta de capacidade técnica e operacional, conflitos de agenda devido a compromissos anteriores, disputas internas entre alguns dos 18 intermediários de projeto, entre outros. Além desses aspectos, houve também critérios técnicos a considerar (como o nível de conflito, o apoio do governo regional, e a concentração geográfica das comunidades) que levaram a equipe a priorizar trabalhos de titulação de terras e reconhecimento de comunidades por razões de custo e tempo de forma a garantir a eficácia do projeto.

Alguns riscos foram identificados e medidas de mitigação de risco foram implementadas durante o período desse relatório, como indicado abaixo:

Riscos	***Medidas de mitigação dos riscos***
- *As metas de titulação de terras e reconhecimento são ambiciosas, e atingi-las depende de atores externos* - *Alguns governos regionais não têm recursos financeiros e humanos suficientes para fornecer apoio às metas do DGM*	- *Estabelecer diálogos e acordos entre o DGM Saweto Peru, governos regionais e o Ministério da Agricultura*

- *Sobreposição de territórios indígenas com áreas nacionais protegidas e áreas de produção floresta, entre outras*
- *Estabelecer diálogos e acordos entre o DGM Saweto Peru, o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) e o Serviço Nacional Florestal (SERFOR)*

15.5. Atividades Futuras

As atividades principais para o próximo período são:

- Assinar acordos de doação para subprojetos entre a WWF Peru e os 18 intermediários de Projeto (junho-julho 2016)
- Começar a implementação dos subprojetos
- Revisar indicadores de Projeto e desenvolver indicadores de subprojeto
- Implementar a página de internet do projeto e Mecanismo de Queixas e Reclamações
- Desenvolver plano de trabalho e orçamento anual NSC 2017

15.6. Lições Aprendidas e Sucessos

Estabelecer acordos e padrões gerais para a operação do projeto é essencial para promover melhor compreensão entre todas as agências executoras locais (listadas nas tabelas 2 e 3). Por exemplo, os custos de serviços e produtos diferem entre as regiões na Amazônia, e entre os intermediários de projeto. Por essa razão, foi necessário entrar em acordo sobre "custos padrão" para todos os tipos de despesas como transporte local e acomodação.

Diálogos com autoridades regionais e nacionais necessitam de um alto nível de disposição para o comprometimento e consciência sobre pontos de interesse comuns.

16. Laos

O Laos não avançou mais no estabelecimento da estrutura do DGM durante o período deste relatório, e não está em contato com o TTL do Banco Mundial. O representante do Laos no comitê de transição do GSC está em contato com representantes do governo e planeja iniciar consultas em agosto.

17. Nepal

Um comitê interino foi formado em junho incluindo sete organizações participantes, a maior parte das quais são organizações guarda-chuva nacionais de PICLs. Durante a primeira reunião foi nomeado um coordenador, os membros do comitê interino foram informados sobre o DGM, e chegou-se a um acordo para iniciar o processo de conseguir apoio para o Projeto DGM Nepal. Uma reunião com o TTL do Banco Mundial para iniciar o processo está planejada para setembro.

18. Guatemala

A Guatemala formou um comitê interino com membros de três organizações guarda-chuva. As organizações realizaram diversas reuniões informais para trocar informações, e estão se preparando para anunciar o comitê interino formalmente.

19. Equador

A missão do Banco Mundial em abril foi cancelada devido ao terremoto; ela está agora planejada para o período do próximo relatório.

20. Projeto Global

20.1. Projecto Global

O objetivo do Projeto Global é "organizar e facilitar o intercâmbio de conhecimento, aprendizagem e capacitação sobre REDD+ e questões de mudanças climáticas em nível regional e global, e reforçar as redes e alianças das organizações de PICLs em todas as regiões, visando aumentar a sua representação e voz nos fóruns políticos regionais e globais". O Projeto Global serve a uma função de guarda-chuva promovendo o intercâmbio de conhecimento e aprendizagem entre PICLs nos Países do DGM e também em países que não estão no FIP, ao mesmo tempo serve como Secretariado do Comitê Gestor Global (GSC) do DGM. O Projeto Global está dividido em três Subcomponentes:

- Subcomponente 1: Aprendizagem Global, Divulgação e Compartilhamento de Informações – Oficinas globais, regionais e subrregionais realizados com representantes de PICLs sobre política e assuntos técnicos relacionados à REDD+; disseminação de informações culturalmente apropriadas e relevantes por meio de plataformas online e canais de rede; e divulgação global para parceiros relevantes.
- Subcomponente 2: Assistência Técnica e Serviços de Secretariado para o GSC do DGM – Preparar e convocar as Reuniões Anuais do GSC; apoiar os membros do GSC em parcerias globais; criar oportunidades de liderança para PICLs; e controlar o Mecanismo de Queixas e Reclamações em nível global.
- Subcomponente 3: Planejamento, Monitoramento e Relatório – Executar o planejamento do Projeto Global, bem como coordenar o monitoramento e os relatórios de todo o DGM, incluindo dos Países-Piloto e do Projeto Global, trabalhando em estreita parceria com os Comitês Gestores Nacionais (NSCs) por meio das Agências Executoras Nacionais (NEAs) de cada um dos Países-Piloto do DGM.

20.2. Progresso da Implementação do Projeto Global Durante o Período Coberto por este Relatório

O período coberto por este relatório corresponde à segunda metade do primeiro ano de implementação do Projeto Global. Destaques do trabalho durante o período incluem: sediar uma reunião de planejamento e coordenação com as NEAs existentes (janeiro); a realização de uma visita a Gana para prestar apoio ao seu processo de seleção do NSC (fevereiro); a realização da Segunda Reunião Anual do GSC (Abril); participação no Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (maio); participação da GEA e do GSC na Reunião de Parceria do FIP importantes atividades preparatórias (junho) para realizar o primeiro Treinamento Regional do DGM no início do próximo período; e seleção do logotipo e identidade visual para o Projeto Global do DGM. Estas atividades, bem como outras atividades em curso, estão descritas abaixo em detalhe.

20.2.1. Implementação do Subcomponente 1: Aprendizagem Global, Divulgação e Compartilhamento de Informações

a. Preparativos para os Treinamentos Globais e Regionais com PICLs sobre Tópicos de REDD+

Na Estratégia e Plano de Trabalho de 5 anos, atividades substanciais sob o Subcomponente 1 do Projeto Global (Atividades 1.1.1 - 1.2.7) referem-se à realização de três treinamentos regionais e um treinamento global por ano com representantes de PICLs sobre a política de REDD+ e tópicos técnicos. Durante o período do relatório atual, a GEA realizou a maioria das atividades de planejamento para poder conduzir o primeiro treinamento regional, o qual será realizado para a região da África e está agendado para acontecer em Ougadouro, Burkina Faso, de 19 a 23 de julho de 2016.

O conteúdo e a agenda para a reunião foram finalizados pela GEA durante o período, e a maior parte do planejamento de logística também foi realizado com o apoio fundamental do membro do GSC em Burkina Faso, bem como a UICN Burkina Faso agindo como NEA. O objetivo do treinamento é fortalecer as redes e alianças de organizações de PICLs por toda a região da África, visando reforçar sua representação e voz nos fóruns políticos regionais e globais. Um total de 35 participantes são esperados, vindos de 11 países africanos e 3 redes regionais. Os temas selecionados para o treinamento incluirão:

- Dia 1: Visão Geral do DGM e Troca de Informações
- Dia 2: Visão dos Povos Indígenas e Comunidades Locais sobre as Mudanças Climáticas
- Dia 3: Contribuição de Povos Indígenas e Comunidades Locais para a Mitigação das Mudanças Climáticas
- Dia 4: Povos Indígenas na Política Internacional do Clima
- Dia 5: Técnicas de Negociação

b. Fortalecer as Alianças Globais e Regionais de PICLs

Atividade 1.41.-5

A GEA está se preparando para realizar uma análise de rede social utilizando dados que serão coletados durante o Treinamento Regional Africano em Burkina Faso. A análise de redes sociais permitirá que a GEA compreenda melhor as redes e alianças de PICLs na África, para fortalecer os canais de comunicação e coordenação entre os líderes de PICLs em toda a região africana. A análise preliminar e os resultados deste exercício servirão para informar engajamentos futuros e destacar caminhos para a GEA continuar a apoiar as atividades do DGM na região. Todos os resultados serão resumidos e detalhados em um relatório após a oficina. O mesmo exercício será

realizado nos treinamentos regionais a serem realizadas na Ásia e na América Latina durante os próximos dois períodos de relatórios.

O que é Análise de Redes Sociais?
A Análise de Redes Sociais é uma ferramenta para entender como a informação e os recursos se movimentam por uma rede de indivíduos ou instituições. Ela permite o mapeamento das relações, ou laços, entre as partes interessadas. Isso pode ser útil para determinar quem desempenha um papel-chave na divulgação de informações ou recursos em uma rede, bem como onde existem barreiras ao acesso a informações ou recursos. Também é útil para visualizar relações de poder entre as partes interessadas.

c. Atividades de Comunicações e de Divulgação

Como parte do seu papel, a GEA realiza atividades de comunicações e de divulgação, além de apoiar atividades de divulgação do GSC em escala global para o programa do DGM (Atividades 1.5.1-9). Isso inclui trabalhar em estreita colaboração com pontos focais de comunicações nas NEAs para coletar informações pertinentes sobre o andamento do projeto. Durante o período deste relatório, a GEA produziu uma série de comunicações e materiais de divulgação destinados a aumentar a consciência sobre o DGM e informar as partes interessadas sobre atualizações importantes. Estas incluíram:

- Estabelecimento de uma Identidade Visual - O logotipo do DGM e a identidade visual do DGM foram finalizados, incluindo modelos para todos os materiais do DGM, como apresentações em PowerPoint, convites e relatórios. O GSC fez a seleção do logotipo final a partir de opções preparadas para a sua revisão pela GEA. A identidade visual contribui para estabelecer o reconhecimento consistente de materiais do DGM Global. (Alguns países do DGM optaram por usar suas próprias identidades visuais.) Um guia de utilização do logotipo foi criado para fornecer explicações do simbolismo do logotipo, estabelecer critérios para a utilização aceitável do logotipo, incluindo o uso do logotipo com logotipos de parceiros e os requisitos para cor, tamanho e espaçamento.

- Ficha de Informação do DGM - Uma ficha de informação atualizada sobre o DGM foi concluída com a adição do logotipo e de documentos de identidade visual. A ficha de informações explica a estrutura e os objetivos globais do DGM às partes interessadas que não estão familiarizadas com o programa.

- Boletim do DGM - A GEA produz um boletim quinzenal que inclui atualizações de projetos de países do DGM e eventos nos quais o DGM esteve presente. A Edição 3 (janeiro/fevereiro) e a Edição 4 (março/abril) foram preparadas e divulgadas em eventos do DGM e disponibilizadas no site do DGM Global. Com base nos comentários recebidos sobre o plano de trabalho de comunicações do Ano 2, a GEA reavaliará a frequência e o melhor canal para a divulgação de atualizações sobre o progresso do DGM.

- Website do DGM Global - A GEA continuou a manutenção o e atualizou site do DGM Global, www.dgmglobal.org, durante este período. Isto inclui disponibilizar o Mecanismo de Reclamações do DGM ao público, mantendo as páginas dos países do projeto atualizadas e incluindo documentos para reuniões na seção "Members Login" (Acesso de Membros), bem como publicando atividades no site sobre eventos como a reunião da NEA de janeiro, apresentações do DGM em eventos internacionais e atualização de projetos dos países. Nos últimos seis meses, o site recebeu, em média, 303 visitas de 171 usuários por mês. O site está conectado a uma conta do Google Analytics para permitir informações mais detalhadas sobre o tráfego por períodos mais longos; os resultados desta análise estarão disponíveis no próximo período.

- Redes Sociais do DGM – A GEA criou, recentemente, uma página da Comunidade do DGM Global no Facebook, a fim de se conectar com as partes interessadas do DGM (incluindo membros do GSC e do NSC, representantes da GEA e de PICLs que participam de treinamentos regionais), e para compartilhar informações rapidamente e informalmente sobre as atividades globais do DGM, atividades nacionais do DGM, e notícias de outras fontes relevantes para o foco do DGM.

d. Evento Paralelo do DGM no Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas (UNPFII), maio de 2016

O DGM participou de eventos no UNPFII em Nova York, EUA, com contribuições tanto do Projeto Global, quanto de Componentes do País. O Copresidente do DGM das Filipinas e um representante do DGM do Peru falaram em um painel organizado pelo Banco Mundial em 11 de maio, e também participaram de um evento paralelo do DGM organizado pela GEA intitulado "Ilustrando como fundos diretos regidos por PICLs podem contribuir para a adaptação, mitigação e

resolução de conflitos" em 13 de maio de 2016. O Diretor da GEA, Copresidente DGM e representantes do Peru falaram sobre os objetivos e status do DGM para um público de aproximadamente 30 participantes de povos indígenas da Ásia, África, América Latina e Rússia.

O Copresidente apresentou a história, objetivos, governança e estrutura de execução do DGM como um exemplo único de financiamento direto para PICLs no domínio das finanças climáticas. O representante do DGM-Peru apresentou uma visão geral do progresso e desafios encontrados no estabelecimento do projeto do DGM Peru, no qual a primeira convocação para propostas lideradas por povos indígenas na Amazônia para receber doações para financiar a emissão de títulos de terras que terminou recentemente. As apresentações foram seguidas de uma discussão liderada pelo Diretor da GEA, a fim de explorar temas que poderiam ser importantes para serem discutidos em treinamentos regionais na América Latina, Ásia e África.

O Diretor da GEA, ao lado do Copresidente do DGM das Filipinas e do representante do Peru, responde a perguntas de participantes no Evento Paralelo do DGM realizado no UNPFII, em 13 de maio, em Nova York, NY. (Crédito da foto: Equipe DGM)

e. 10ª Conferência Internacional sobre Adaptação com Base na Comunidade para as Mudanças Climáticas (CBA10)

Sob a atividade 1.2.8 plano de trabalho, um representante do NSC do DGM da Indonésia foi apoiado pela GEA para participar da CBA10 em Dhaka, Bangladesh, de 24 a 28 de abril de 2016. O foco da reunião foi o reforço da resiliência da comunidade urbana. O representante se

apresentou em um painel cuja sessão ocorreu em 26 de abril sobre o financiamento de adaptação baseada na comunidade urbana, explicando como funciona o DGM e a forma como ele trabalha com PICLs. Ele explicou o processo para estabelecer e desenhar o projeto do DGM Indonésia e respondeu perguntas do público. Essas perguntas incluíram temas como forma de seleção dos países para o DGM e como PICLs no Nepal podem acessar o mecanismo.

f. Participação da GEA e do GSC nas reuniões SBSTA, em Bonn (maio)

A Copresidente da DGM, Glace Balawag, e Johnson Cerda, da GEA, participaram do SBSTA4,4 em Bonn, nas seguintes condições:

a. Nas negociações SBSTA 44, na qual os países estavam desenvolvendo o Acordo de Paris, a equipe do DGM focou em apoiar a plataforma para o intercâmbio de conhecimentos e a criação de um grupo de trabalho focado em conhecimentos tradicionais.

b. Também participaram nas reuniões de preparação e reuniões diárias do Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas, o que contribuiu com as negociações. A equipe do DGM está se coordenando com o IIPFCC para se reunir em atividades futuras da COP22.

c. Participaram no diálogo com o governo da Noruega e sua delegação oficial nas negociações do SBSTA 44. Em conjunto com o IIPFCC, a equipe do DGM apoiou as propostas trazidas pelos povos indígenas para a implementação do Acordo de Paris, bem como a solicitação para apoio adicional na COP 22.

d. Atualizou os delegados dos povos indígenas do Nepal em relação às atividades do DGM. A equipe do DGM compartilhou informações sobre a segunda reunião do GSC do DGM, em Kinshasa, e as condições dos novos países, incluindo as recomendações para estabelecer o NSC do DGM.

e. O envolvimento com PICLs de países não-FIP e redes indígenas na África e a coordenação das atividades de preparação para o Treinamento Regional da África em Mudanças Climáticas, agendadas para julho de 2016, em Ouagadougou, Burkina Faso.

20.2.2. Implementação do Subcomponente 2: Assistência Técnica e Serviços de Secretariado para o GSC

Sob este componente, a GEA realiza uma série de atividades para facilitar a gestão eficaz, responsável e transparente do Projeto do DGM Global, bem como a supervisão do programa DGM pelo GSC. Houve três atividades substanciais no âmbito deste subcomponente durante o período coberto por este relatório: facilitação da 2ª Reunião Anual do GSC, preparação da reunião de planejamento e coordenação da NEA e lançamento do procedimento do Mecanismo de Queixas e Reclamações (GRM).

a. 2ª Reunião Anual GSC

Sob as Atividades 2.1.1-9, a GEA organizou a 2ª Reunião Anual do GSC, realizada em Kinshasa, República Democrática do Congo, de 25 a 28 de abril de 2016, com a ajuda da NEA (Caritas) do DGM e do Copresidente do GSC em Kinshasa. Observadores do DGM da Costa do Marfim, Moçambique e República do Congo se juntaram aos membros do Comitê do DGM da Burkina Faso, República Democrática do Congo, Gana, Indonésia, México e Filipinas. Os membros do GSC do Peru e do Brasil não estiveram presentes. O Banco Mundial, Programa de Investimento Florestal, e a Caritas da República Democrática do Congo também participaram como observadores.

Durante as sessões, atualizações de status sobre a implementação foram fornecidas aos países e ao Projeto Global, e os membros aprovaram provisoriamente o Plano de Trabalho e Orçamento do Projeto Global para o Ano 2 (respostas pendentes da GEA aos pedidos do GSC para esclarecimentos e modificações) e uma estrutura comum de monitoramento e avaliação para o programa. O Comitê votou em formar três subcomitês: um Subcomitê Temporário de Plano de Trabalho e Orçamento para atender às recomendações do Plano de Trabalho e Orçamento do Ano 2; um Subcomitê do Mecanismo de Queixas e Reclamações; e um Subcomitê de Comunicações, Defesa e Divulgação.

A reunião coincidiu com dois eventos realizados como parte do projeto da República Democrática do Congo: o Chefe de Gabinete do Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável da República Democrática do Congo estava presente ao lado de membros do Comitê Gestor Global do DGM (GSC) para anunciar e dar suporte ao projeto DGM do país na República Democrática do Congo e, no dia seguinte, o diretor do Banco Mundial juntou-se à Caritas da República Democrática do Congo para assinar um acordo de doação estabelecendo o papel da Caritas como NEA.

b. Divulgação a Parceiros Globais

A GEA está explorando oportunidades com o Grupo Internacional de Trabalho em Questões Indígenas para estudos de caso sobre os impactos que os INDCs têm nos direitos dos PICLs em países do DGM.

O secretariado do GEF mostrou interesse em explorar possíveis atividades conjuntas com o Projeto Global. O secretariado do GEF mostrou interesse em explorar possíveis atividades conjuntas com o Projeto Global.

c. Alcance das redes regionais de PICLs

África

O Treinamento Regional do DGM da África, a ser realizado em Ouagadougou, Burkina Faso, de 19 a 23 de julho, contará com a participação de 35 representantes de PICLs de 11 países, bem como três redes regionais africanas de PICLs: Aliança Internacional, MPIDO e IPACC. O objetivo do treinamento é fortalecer as redes e alianças de organizações de PICLs por toda a região africana, visando reforçar a sua representação e voz nos fóruns políticos regionais e globais.

A equipe do DGM também abordou o MPIDO para explorar as oportunidades para atividades de mudanças climáticas na África.

América Latina

Os PICLs da Guatemala organizaram uma reunião com os representantes do governo para discutir o DGM. Johnson Cerda apresentou as condições e o progresso dos países do DGM durante a reunião.

d. Divulgação na preparação para o Congresso de Conservação Mundial da UICN

O Projeto do DGM Global, em colaboração com o DGM Brasil e o DGM Burkina Faso, realizará uma oficina de capacitação organizada pela GEA no Congresso de Conservação Mundial da UICN no Havaí, em setembro de 2016. O objetivo deste treinamento é manter um diálogo interativo entre os diferentes atores que interagem com temas de interesse direto para PICLs para compartilhar conhecimento e experiência em acessar diretamente fundos climáticos para fortalecer iniciativas de conservação dentro de territórios e comunidades de PICLs. Outros parceiros para esta sessão incluem Sotz'il (uma organização indígena na Guatemala), Povos Indígenas, Direito Consuetudinário e Ambiental e Direitos Humanos (SPICEH)/CEESP (UICN), e Tebtebba (Centro Internacional dos Povos Indígenas para a Pesquisa sobre Políticas e Educação).

A equipe do DGM também participará do painel “Acessando os Fundos Globais: Financiando Oportunidades para os Povos Indígenas e Comunidades Locais,” organizado pela Iniciativa do Equador no Congresso Mundial de Conservação da IUCN.

e. Envolvimento com o Banco Mundial, FIP e outros parceiros

A GEA do DGM participou de uma sessão de debate da CIF em 18 e 19 de fevereiro de 2016 no Banco Mundial. A reunião de dois dias organizada pelo FIP reuniu um diversas partes interessadas do FIP para avaliar seu progresso e opinar sobre uma proposta de estratégia para o subcomitê de doadores do FIP na reunião semestral de junho, em Oaxaca, México. A GEA destacou o apoio do FIP para o DGM como um caminho inovador e único para PICLs acessarem financiamento climático diretamente, com resultados positivos já alcançados.

Em 25 de maio, a GEA reuniu-se com Elisabeth Forseth (NORAD) e com o representante do subcomitê do FIP para a Noruega para trocar atualizações sobre o progresso do DGM, bem como sobre os planos da Noruega para apoiar iniciativas de REDD+ dentro do FIP e no âmbito de programas bilaterais do governo.

Como da Reunião de 2016 de Países-Piloto do FIP em Oaxaca, México, a GEA do DGM organizou um painel na segunda-feira, 13 de junho, destacando a "Implementação do DGM nos países-piloto do FIP." Moderado por Vince McElhinny, da GEA, o painel apresentou progressos do DGM para o público do FIP de aproximadamente 200 doadores, governos, agências de implementação e representantes de OSCs. O painel reuniu as partes interessadas envolvidas na concepção e implementação do DGM, em nível nacional e global. A troca focou no papel de PICLs na gestão sustentável e conservação das florestas, particularmente no âmbito do plano de investimento do FIP. Os oradores discutiram os progressos no estabelecimento do DGM em nível nacional e global, os primeiros projetos financiados pelo DGM no Peru e no Brasil e as oportunidades de colaboração e coordenação entre a DGM e outros projetos financiados pelo FIP.

Membros do GSC do DGM e Pontos Focais do FIP destacam os progressos na Reunião de 2016 de Países-Piloto do FIP, em Oaxaca. Foto: Madhavi Pillai

Os palestrantes apresentaram diversas perspectivas sobre o FIP e o DGM, incluindo:

Manuel Aldrete, membro do Comitê Gestor Global (GSC) do DGM, do México, destacou uma oportunidade significativa para a colaboração que existe entre atores governamentais nacionais, como a Agência Nacional Florestal do México, CONAFOR, e o DGM na implementação de investimentos do FIP e outras prioridades do REDD+.

Marilen Puquio Arturo, membro do Comitê Gestor Global de DGM do Peru, compartilhou os progressos alcançados pelo DGM de Saweto no Peru, o qual está completando a primeira chamada para apresentação de subprojetos e aprovará os primeiros nove até o final de junho. O DGM de Saweto está avançando em direção a um projeto com objetivo ambicioso de titulação de 130 comunidades nativas.

Grace Balawag, Copresidente do GSC do DGM, das Filipinas, que trabalha com Tebtebba e é a observadora indígena da FIP, citou as significativas realizações de governança por parte do Projeto Global do DGM sob a forma de um comitê gestor que agora representa 14 países com floresta tropical. Grace também destacou a importância do apoio dos países doadores do FIP a uma iniciativa pioneira como o DGM.

Ibrahim Lankoande, o Ponto Focal do FIP do Ministério do Meio Ambiente, Economia Verde e Mudanças Climáticas, em Burkina Faso, expressou seu otimismo em relação ao potencial de colaboração entre o DGM e o governo nacional na concepção e implementação do plano de investimento do FIP em Burkina Faso. Lankoande enfatizou o compromisso com a inclusão social, com enfoque especifico em gênero no DGM.

Marco Aurélio dos Santos, o Ponto Focal do FIP no Ministério da Fazenda brasileiro, explicou que a estrutura exclusiva do Comitê Gestor Nacional (NSC) brasileiro, que inclui três representantes do governo com direito de voto, é produto de um esforço de longo prazo para construir confiança entre o governo e as comunidades indígenas. O Brasil é, atualmente, o único país cujo NSC está estruturado dessa maneira. O interesse na abordagem brasileira foi evidente no recente intercâmbio bilateral bem-sucedido com Moçambique, em maio de 2016.

O intenso intercâmbio entre o governo, partes interessadas e comunidades indígenas no DGM destacou avanços positivos, algumas lições iniciais e o significado global da iniciativa liderada por PICLs dentro do Programa de Investimento Florestal, e mais além.

f. Procedimento do Mecanismo de Queixas e Reclamações do DGM

Durante o Encontro do GSC, a GEA apresentou modificações finais ao GRM, que foram aprovadas pelo Comitê (Atividade 2.3.1-2). O GRM foi publicado no site do DGM Global e está ativo atualmente. Outros pontos de acompanhamento discutidos na reunião do GSC incluíram o papel da GEA; o objeto da reclamação e tempo limite de resposta; responsabilidade da GEA/NEA; mediação; a formação de um subcomitê de reclamações (2 pessoas/1 ano de exercício).

2.6.1 - Apoiar os Processos de Países do DGM para Estabelecer NSCs e selecionar as NEAs, incluindo visitas, conforme necessári,o em colaboração com o DGM Global do Banco Mundiale o ponto focal do país.

Os membros do GSC e a equipe da GEA foram convidados a participar da primeira reunião do NSC em Gana. A equipe compartilhou informações sobre as condições de governança em cada país, incluindo as condições dos observadores; o NSC de Gana esclareceu o papel dos observadores e definiu os principais participantes. A equipe do DGM forneceu informações acerca das últimas decisões da segunda reunião do GSC, em Kinshasa, especificamente a necessidade de Gana de nomear o seu delegado; isso foi finalizado na reunião do NSC por consenso geral. A equipe do DGM também teve reuniões bilaterais com os ex-membros do comitê de transição do DGM para atualizá-los acerca das atividades globais e para entender os seus pontos de vista do processo local para fornecer atualizações futuras aos membros do GSC.

A equipe da GEA também vem fornecendo informações aos povos indígenas na Guatemala, Nepal e Equador em relação ao progresso dos componentes nacionais e globais do DGM. A Guatemala solicitou uma apresentação por skype durante uma reunião internacional antes de estabelecer o seu NSC temporário. No caso do Nepal, a GEA forneceu contatos para estabelecer um diálogo direto com o TTL do Banco Mundial e agendar uma primeira reunião até setembro de 2016.

g. Reunião de Planejamento e Coordenação da GEA e das NEAs

A GEA, sob a Atividade 2.6.2, organizou uma reunião de planejamento e coordenação com cinco Agências Executoras Nacionais (NEAs) estabelecidas. A reunião ocorreu na sede da GEA em Arlington, Virgínia (EUA), de 26 a 28 de janeiro de 2016. Entre os presentes estavam:

- Copresidente da Comissão de Coordenação do DGM Global, Fundação Tebtebba
- NEA do DGM do Brasil, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM)
- NEA do DGM da República Democrática do Congo, Caritas
- NEA do DGM do Peru, World Wildlife Fund Peru (WWF)
- NEA do DGM da Indonésia, Instituto Samdhana
- NEA do DGM de Burkina Faso, União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) de Burkina Faso

Os principais objetivos da reunião foram estabelecer e concordar com uma única estrutura comum de monitoramento e elaboração de relatórios do DGM, proporcionar um fórum para a troca de conhecimentos sobre os processos de implementação do DGM e gerar informações para apoiar o processo em outros países, fornecer orientações detalhadas sobre o GRM do DGM para as NEAs implementarem em cada país, e estabelecer uma estratégia comum de comunicação e divulgação.

O primeiro dia da reunião incluiu introduções e apresentações de todos os participantes sobre seus respectivos projetos. O segundo dia abordou a estrutura comum de monitoramento e elaboração de relatórios e incluiu uma apresentação de cada NEA sobre seus indicadores de projeto, seguida de uma proposta da GEA do primeiro rascunho do extrato comum de resultados e indicadores do DGM. Os participantes forneceram comentários importantes sobre o conteúdo e o projeto do quadro lógico, que foram incorporados ao projeto final.

No terceiro dia, a GEA apresentou o GRM e o procedimento de reclamações, os quais foram seguidos de uma discussão entre o grupo sobre como implementar. Na parte da tarde, foi realizada uma sessão sobre experiências compartilhadas e temas de interesse, seguida de

discussão sobre os objetivos comuns de comunicação em todo o programa. Mais informações, incluindo os principais tópicos de interesse discutidos e medidas de acompanhamento, estão disponíveis no Relatório da Reunião de Planejamento e Coordenação da GEA-NEA do DGM preparado pela GEA em 29 de janeiro de 2016

20.2.3. Implementação do Subcomponente 3: Planejamento, Monitoramento e Relatórios

O subcomponente 3 inclui atividades para planejar o Projeto Global, realizar o monitoramento e a elaboração de relatórios para o Projeto Global, e para coordenar o monitoramento e a comunicação entre os 15 projetos do DGM que compõem o programa do DGM. Durante o período, a GEA finalizou a estrutura comum de monitoramento e elaboração de relatórios, a qual servirá para os próximos 5 anos do programa.

a. Planejamento para o Projeto Global

Em preparação para a Reunião do GSC, realizada em abril, a GEA preparou o plano de trabalho FY17 e o orçamento para apresentar ao Banco Mundial e ao GSC. Na Reunião do GSC, os Membros do Comitê aprovaram o plano de trabalho e o orçamento. Foi decidido que um subcomitê do plano de trabalho e orçamento, composto pelos membros do GSC do México e de Burkina Faso, se reunirá para discutir as possíveis modificações no plano de trabalho. Após a reunião do GSC, a GEA discutiu os nove esclarecimentos e recomendações com os representantes do subcomitê temporário de orçamento e forneceu informações adicionais, conforme necessário. A recomendação do subcomitê para o GSC para aprovar a resolução das questões de orçamento foi enviada aos copresidentes do GSC e para a aprovação completa do GSC por correio. O Orçamento e Plano de Trabalho do Ano 2 foram aprovados pelo GSC no dia 05 de julho, e o orçamento foi apresentado ao Banco Mundial para Aprovação Sem Objeção na semana de 15 de julho (fora do período do relatório atual). Uma análise mais aprofundada foi proposta pelo GSC no que diz respeito ao subcomitê especial de orçamento dever ou não ser tornar um "órgão permanente". Os Copresidentes e a GEA facilitarão a troca de pontos de vista dos membros do GSC e agirão de acordo.

b. Desenvolvimento de um Plano de Coordenado de Monitoramento e de Relatórios para o Programa do DGM

No Documento do Programa do DGM, a GEA está encarregada de desenvolver e coordenar uma estrutura comum de monitoramento e relatório para todos os Países-Piloto do DGM, bem como o Projeto Global do DGM que tem função de aprendizagem e faz relatórios sobre a implementação do DGM visando resultados esperados para os membros do GSC, do Banco Mundial e do

Subcomitê do FIP. Para cumprir esta responsabilidade, e em consonância com as solicitações feitas na primeira reunião do GSC, a GEA esboçou uma estrutura de monitoramento e elaboração de relatório, a qual foi finalizada no período coberto por este relatório. A estrutura inclui:

- Teoria de Mudança do DGM, desenvolvida com base nos documentos existentes do DGM, articulando como os 14 projetos do DGM trabalharão em conjunto para atingir o objetivo do programa;
- Quadro Lógico do Programa DGM, incluindo resultados, conclusões, nível dos resultados e indicadores de objetivos destinados a rastrear o progresso em todos os 14 projetos do DGM;
- Notas de Orientação de Indicadores, fornecida pela GEA às NEAs sobre o método, a frequência e sugestão de etapas para a coleta de dados para informar todos os indicadores comuns; e
- Modelos de Relatórios fornecidos pela GEA às NEAs para apresentação de informações para os relatórios semestrais do programa.
- Rascunho do Manual de Monitoramento e Relatório para as NEAs

Tanto a Teoria da Mudança quanto o Quadro Lógico foram aprovados por membros do GSC na 2ª Reunião Anual. A estrutura de monitoramento e elaboração de relatórios será fornecida às NEAs e será utilizada a partir do 3º Relatório de Implementação do Programa do DGM.

c. Apresentação dos Relatórios de Progresso da Semi-implementação do DGM

Sob a Atividades 3.3.1-3.3.5, o 1º Relatório de Progresso da Implementação do Projeto Global foi submetido no dia 1º de março ao Banco Mundial e abrange o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2015. Além disso, a GEA coletou informações sobre o andamento dos projetos dos países e esboçou o Relatório de Progresso do Programa DGM, que foi submetido ao Banco Mundial no dia 15 de março. Ambos os relatórios foram traduzidos para o francês, espanhol e português e foram disponibilizados aos membros do GSC antes da 2ª Reunião Anual.

20.3. Enseignements tirés et succès

- La première année du projet a été consacrée à la mise en place du cadre de gouvernance. Toutes les différentes politiques, règles et procédures sont le fondement de ce qui distingue cette initiative de nombreuses autres.
- Tous les efforts visant à construire un cadre de gouvernance robuste pour cette initiative sont importants pour la responsabilité budgétaire et la gestion du projet. Ce projet s'est notamment fixé pour engagement de se conformer aux normes les plus strictes, ce qui permettra de créer des opportunités pour accéder à des financements dans un proche avenir.
- Ce projet se distingue notamment par le fait qu'il dispose d'un mécanisme de règlement des différends.
- Le fait de travailler avec 14 groupes représente une difficulté dans la mesure où il faut faire progresser l'ensemble du groupe au même rythme. L'écart entre les degrés d'avancement des différents pays offre la possibilité de tirer parti de l'expérience des pays qui sont plus avancés dans le processus.
- Échange de connaissances entres les NEA : cela a été une occasion précieuse pour les ONG chargées de la mise en œuvre du DGM dans chaque pays d'échanger sur leurs expériences. À l'avenir, il est prévu que les NEA assistent en tant qu'observateurs aux réunions du GSC. Cela donnera le temps d'assurer une coordination du travail entre les représentants de la GEA et des NEA.
- La mission de soutien menée par le GSC/la GEA au Ghana a été fructueuse. Cela a permis un échange fructueux avec la délégation ghanéenne, qui a manifesté un vif intérêt pour les avancées du DGM dans les autres pays. Johnson Cerda, Directeur de la GEA du DGM, et Idrissa Zeba, délégué du GSC du DGM Burkina Faso, ont expliqué la structure du système de gouvernance du NSC en RDC, au Burkina Faso, au Pérou, au Brésil et en Indonésie. Ils

ont aussi fourni des informations sur le rôle des observateurs, les décisions et les activités rapportées au cours de la 2e réunion du GSC du DGM à Kinshasa, ainsi que sur la nécessité de nommer des délégués au GSC. Des visites de terrain supplémentaires ont été demandées par le Népal, le Mozambique et la Côte d'Ivoire pour la fourniture d'une aide à la mise en place de leurs Comités de pilotage nationaux. Cela offrira à ces nouveaux pays une excellente occasion d'échanger avec les pays du DGM qui ont déjà suivi ce processus.

- Le GSC et la GEA sont préoccupés par le fait que l'absence de dialogue entre les PAPL et les gouvernements pourrait amener à laisser passer des opportunités dans la mise en œuvre du projet.
- Le GSC reconnaît la nécessité d'informer les représentants du FIP nouvellement élus dans les pays du DGM des activités du Projet mondial et, à cet effet, il soutiendra les NSC, en fonction des demandes, dans leurs efforts de communication.
- Les réunions internationales telles que la COP21, offrent l'occasion aux représentants des PAPL et aux membres du GSC de renforcer de renforcer leur dialogue avec les gouvernements pour être associés aux processus pertinents au niveau national, tout en assurant une coordination plus détaillée en ce qui concerne les liens entre le FIP et le DGM.
- Les NEA et les NSC ont fait part de leur souhait d'obtenir des clarifications sur le rôle de la Banque dans la composante nationale.

20.4. Activités pour la période à venir

On trouvera ci-après un aperçu des principales activités prévues pour la prochaine période de référence : Une liste complète des activités du Plan de travail pour la première année du Projet mondial, avec l'état d'avancement de chaque activité, peut être consultée à l'Annexe B.

- Formation régionale pour l'Afrique destinée aux dirigeants des PAPL en juillet 2016

- Séance « Café des connaissances » au Congrès mondial de la nature de l'UICN, septembre 2016
- Formation mondiale pour les dirigeants des PAPL sur les négociations climatiques en novembre 2016
- Soutien à des événements liés aux PAPL à la COP22 à Marrakech, au Maroc, en novembre 2016
- Missions de soutien aux pays
- Visite de terrain de la Banque mondiale - à planifier

Anexo A: Informação de Contato do País e da NEA

País	NEA ou Representante do País	Endereço	E-mail	Telefone	Ponto Focal para Monitoramento e Geração de Relatórios
Brasil	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM)	Rua Veloso Street, 151 – Centro. Cidade: Montes Claros/MG. CEP.: 39.401-074	dgm@brasil.org.br	+ 553832187700	Álvaro Alves Carrara
Burkina Faso	UICN	Responsável pelo Programa Nacional da UICN em Burkina Faso	moumini.savadogo@iucn.org	+22625313154	Moumini Savadogo
Costa do Marfim	Yao Affoué Pauline	23 BP 17 Abidjan 23	affouepauline@yahoo.fr	+22505881035	Yao Affoue Pauline
República Democrática do Congo	Caritas- Congo ASBL	26, BASOKO, KINSHASA - GOMBE	directeur@caritasdev.cd	+243815261783	Mathunabo Kunda André
Gana	Hayford Duodu	P. O. BOX19 ENCHI W/R GHANA	hayism72@gmail.com	+233240824818	Samuel Cudjoe (SOLIDALIDAD)
Indonésia	The Samdhana Institute	Jalan Guntur No. 32, Bogor, West Java, Indonésia	budi@samdhana.org	+622518313947	Budi Rahardjo
México	Manuel Aldrete	Independencia 15, col. Centro, 77000, Chetumal, Quintana Ro México	aldretemanuel@chicza.com	+9838328870	CONAFOR

País	NEA ou Representante do País	Endereço	E-mail	Telefone	Ponto Focal para Monitoramento e Geração de Relatórios
Moçambique	Sonia Nordez	MITADER / REDD+ Technical Unity Av. Do Zimbabwe, n. 1694 - Maputo	sonianordez2015@gmail.com	+258827712840	Sonia Nordez
Peru	World Wildlife Fund Inc.	Calle Trinidad Moran 853, Lince. Lima Peru	Liliana.lozano@wwfperu.org	+51993482076	Liliana Lozano
República do Congo	Moussele-Diseke Guy		Gttdgmcogo@gmail.com	+242066113876	Moussele-Diseke Guy

Anexo B: Comunicações

1. **Destaques de Comunicação do DGM Brasil**

Para abrir sua chamada de propostas de subprojeto no Cerrado, o DGM Brasil produziu convites em vídeo com membros do Comitê Gestor Nacional do Brasil:

Jhonny Martins
Quilombola
O BRASIL TAMBÉM É

Os ministérios do governo brasileiro, incluindo a FUNAI (a agência do governo brasileiro que estabelece e executa políticas relacionadas aos povos indígenas) e o Ministério do Meio Ambiente também compartilharam a chamada de propostas:

Brazilian Government Portal

Justice ministry

Fundação Nacional do Índio

START | WHO WE ARE | OUR ACTIONS | INDIANS IN BRAZIL | SERVICES | COMMUNICATION | CONTACT US

HOME / COMMUNICATION / NEWS / DGM PROJECT / FIP BRAZIL LAUNCHES PUBLICATION DEDICATED TO INDIGENOUS PEOPLES AND TRADITIONAL QUILOMBO COMMUNITIES OF THE CERRADO BIOME

highlights

UN welcomes suggestions on methodologies for indigenous

During the last meeting of the National Indigenous Policy Council, held on 03 August, the Ministry of Justice and Citizenship, representatives of FUNAI and the Ministry of Foreign Affairs informed the ...

mais notícias

Funai
Fundação Nacional do Índio

News

Posted on February 5, 2016

DGM project / FIP Brazil launches publication dedicated to Indigenous Peoples and traditional Quilombo Communities of the Cerrado Biome

Photo: Mario Vilela / Funai

The DGM Project / Brazil is coordinated by a National Steering Committee composed of indigenous representatives, maroon, traditional communities and the federal government, including the Funai through the General Coordination of Territorial Monitoring (CGMT).

May submit proposals based organizations which are legally constituted, the location of which is wholly or partially inserted in the Cerrado biome.

To register a project, simply fill out the Manifestation Form of Interest available on the site until the date of 24 April 2016. Between 24/02 and 05/03 will be held three dissemination workshops of the notice, to which it is possible inscrever- until the day 12/02.

The project DGM / Brazil is part of the Global DGM, which is an established initiative under the Forest Investment Program (FIP) for the purpose of granting subsidies to improve the capacity of Indigenous Peoples, Quilombo and traditional communities and support their initiatives 8 pilot countries, and Brazil is one of them. The Centre for Alternative Agriculture North Mine (CAA / NM) was chosen by a public selection process and the Agency National Executing (NEA) of this project and will manage the resources for the DGM / Brazil, supporting initiatives by proposing organizations .

Log in the notice .
Enter here the link to the inscriptions on the dissemination workshops

Acesso à informação | TRANSPARÊNCIA | Ouvidoria da Funai | Perguntas Frequentes Tire suas Dúvidas. | MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

E o DGM Brasil lançou também uma campanha em sua página do Facebook com diversos modelos diferentes, incluindo este:

2. DGM Burkina Faso

Vários materiais de comunicação foram distribuídos durante o período deste relatório, incluindo: 500 brochuras sobre o projeto distribuídas para parceiros e partes interessadas nos níveis local e nacional; 1000 folhetos informativos contendo informações sobre a chamada de subprojetos; um filme para disseminar informações sobre o lançamento do projeto foi produzido e transmitido duas vezes pela televisão; e fotografias do lançamento do projeto foram disponibilizadas para atores locais.

3. DGM da República Democrática do Congo

Os pró-memórias foram publicados em idiomas locais no site de internet da Caritas (www.caritasdev.cd) para explicar os componentes do DGM e seus objetivos nos 16 territórios visados pelo projeto. A estrutura de gerenciamento do projeto foi resumida, traduzida para idiomas locais e disponibilizada nos 16 territórios visados pelo projeto. Brochuras sobre os mecanismos de governança do DGM foram produzidos em idiomas locais e disseminados nos 16 territórios; e sumários das notas de reunião foram produzidos em francês e distribuídos às autoridades locais, a representantes eleitos nos níveis nacional e provincial e à sociedade civil.